

ACÇÕES EXTENSIONISTAS: ACÇÕES PERMANENTES?

Valéria Paixão de Vasconcelos Nepomuceno;¹
Bruna de Oliveira Brantes dos Santos;²

RESUMO:

Este artigo visa refletir acerca das ações extensionistas que universitários de pedagogia exercem, realizando oficinas de forma lúdica para desenvolver as ações políticas e sociais que tangem alguns dos Programas Institucionais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO) em suas atividades extra-universidade, em escolas públicas e em outros espaços. As ações são vivenciadas por jovens que se identificam com as oficinas e com sua participação têm como exemplo, universitários que também são de origem popular, assim os tornando próximo da idéia de entrar para a universidade. Ferramentas como expressões culturais nos ajudam a dar uma dimensão educativa para os setores sociais políticos; dessa maneira formando pares para que como multiplicadores possam atuar no campo da educação.

Palavras-chave: Oficina; educativa; emancipatória.

INTRODUÇÃO

A partir da proposta, além das formações, os jovens também participam de eventos ligados às temáticas da juventude e identidade realizadas nas universidades, que é uma forma de despertar interesses em ocupar aquele espaço; passeiam por equipamentos culturais espalhados pela cidade, para mostrar-lhes as possibilidades da cidade e o poder de circular por ela. Com isso, as articulações feitas com formação política e intervenção social geram um conjunto de organização emancipatório.

Segundo Brito e Ramos (2005) em culturas juvenis, a participação aboca em ação popular, animado pelo método ver-julgar-agir, eram reconhecidos pela leitura qualificada de analisá-la e de realizar ações concretas para transformá-la.

¹valeriapaixao34@yahoo.com.br Graduanda em pedagogia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), bolsista do Conexões de saberes.

² bruna_brantes@yahoo.com.br Graduanda em pedagogia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência. (PIBID/UNIRIO); antes bolsista do PROETNO.

A partir do entendimento de que educação popular “se forma no movimento da sociedade”, neste artigo pretendemos discutir a relação das ações extensionistas com a educação popular, acolhendo esses momentos como de lugares de constituição de sujeitos.

Assim como STRECK (2010) entendemos que os movimentos sociais são “uma força instituinte das práticas educativas” (p. 302).

O que por meio de intervenções como as nossas oficinas que problematizam e dialogam com as realidades locais, partindo de uma compreensão da educação que leva em consideração não só sua dimensão individual, mas principalmente sua dimensão social, estaria assim contribuindo para a formação política de cidadãos.

Paro (2000) descreve a respeito das dimensões da educação. Dessa forma, sua dimensão individual seria compreendida como:

Aquela que diz respeito ao provimento do saber necessário ao autodesenvolvimento do educando, dando-lhe condições de realizar seu bem-estar pessoal e o usufruto dos bens sociais e culturais postos ao alcance dos cidadãos (p.23).

Sua dimensão social, por sua vez, seria aquela que:

Liga-se à formação do cidadão tendo em vista sua contribuição para a sociedade, de modo que sua atuação concorra para a construção de uma ordem social mais adequada à realização do “viver bem” de todos, ou seja, para a realização da liberdade enquanto construção social (ibidem, p. 23-4).

Tendo isso em vista, assumimos como norte a construção de saberes e valores que se dariam no cotidiano, construindo juntos a autonomia de cada sujeito e do coletivo, todos sendo agentes no processo.

Apresentação

Através de vários tipos de intervenções dos universitários vamos aqui refletir sobre as experiências oportunizadas pelos programas que participamos.

O Programa Etnoconhecimento para um EtnoReconhecimento (PROETNO, do Núcleo Inter-transdisciplinar de Educação, Saúde e Sexualidade e Cultura – NIESC), trabalha em suas oficinas a identidade e a cultura como instrumento de valorização dos saberes das pessoas comuns, fortemente influenciados pelos seus conhecimentos ancestrais. No programa de extensão intitulado “*Menino, Menina, Kunumy, Êre: o ensino de Ciências Naturais em*

diferentes grupos étnicos” Com vistas para a construção de uma educação popular de qualidade, que respeite e reconheça as multiplicidades étnicas brasileiras.

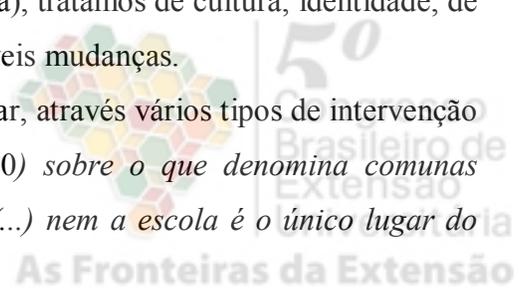
Nesse caminho, investigamos os saberes produzidos pelas as comunidades tradicionais e as práticas educativas existentes nas escolas do Rio de Janeiro. Nosso campo de investigações é o Quilombo de Santana em Quatis e algumas escolas públicas do Rio de Janeiro de Formação de professores que nos serve de campo de extensão.

Inicialmente realizamos visitas de cunho exploratório no quilombo, em dias comuns, nos dias de aula e em festas específicas desse grupo para perceber o modo como eles concebem a dança e que tipo de dança eles vivenciam. Em seguida, o foco dessa observação se volta para as escolas populares que são atingidas pelo projeto, visando estudar a relação que esses alunos possuem com as danças africanas e o modo como essas danças são percebidas dentro do cotidiano escolar.

No Programa Conexões de Saberes: diálogos entre a universidade e as comunidades populares, um programa desenvolvido pelo Ministério da Educação, através da (SECAD)/(MEC); que atua em 33 Instituições de Ensino Superior (IFES), entre elas a UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Em parceria com o Programa Escola Aberta, o Conexões de Saberes / UNIRIO, atua em escolas públicas, com estudantes universitários, em diferentes ações, entre elas oficinas lúdicas com a temática ligada a leitura. Em parceria com a UNESCO no Projeto CAJU: Caminho da Juventude, para o ensinamento de normas de saúde, sexualidade e prevenção às drogas, tornando possível o diálogo através da expressão cultural de jovens, fazendo a troca de saberes, entre a universidade e as comunidades populares.

Nas oficinas não ficamos presos a um currículo e assim, podemos abranger a perspectiva educacional. Como por exemplo, ao fazermos a Abayomi que é uma boneca feita de retalhos pretos (para o corpo) e coloridos (para a roupa), tratamos de cultura, identidade, de etno, de racismo, reciclagem, políticas existentes e possíveis mudanças.

Assim podemos trabalhar de forma multidisciplinar, através vários tipos de intervenção ao setor educacional, como nos fala Wanderley, (2010) *sobre o que denomina comunas urbanas os jovens cuja a socialização é diferenciada: (...) nem a escola é o único lugar do saber, nem o livro é mais o eixo que articula a cultura.*



Faz referencia a uma multiplicidade de práticas com características diversas e complexas, que têm em comum uma intencionalidade transformadora.

(...) Entre elas, há práticas que articulam o micro e o macro, o local e o global, que vinculam dimensões organizadora, investigadora, pedagógica e comunicativa em um mesmo processo dinâmico integral e transdisciplinar. Há outras restritas ao trabalhos grupais e comunitários, concentradas em alguma dimensão particular e sem uma explícita visão de complexidade. (...) São, enfim, práticas e propostas teórico-metodológicas carregadas de empenho e utopia que atuam respondendo a necessidades concretas e imediatas, ao mesmo tempo em que aspiram à construção de novas relações humanas (Oscar Jará Holliday, apud UNESCO, 2005, p. 241-242).

Práxis educativa: uma reflexão sobre as intervenções

As propostas pedagógicas envolvem realização de oficinas nos finais de semana na escola, oficinas no quilombo e em escolas de modalidade normal. E também oficinas 2 dias na semana na associação de moradores. Entre seus objetivos está a ressignificação do espaço “escolar” para o enriquecimento da concepção de aprendizagem possibilitando ao público que vivencie o ambiente escolar de uma forma mais livre valorizando as características culturais e as demandas da comunidade, enriquecendo assim esse processo de ensino-aprendizagem.

Onde é possível pensar um novo caminho para a educação, tendo como base uma estrutura lúdica de mobilidade corporal e que através da perspectiva educacional assumindo também um papel social de responsabilidade política.

No processo educativo é necessário uma participação que interfira na formação e não no treinamento. Entendendo tal espaço como potente de socialização, negação, aceitação, criação e construção. Segundo Paulo Freire (1996) ensinar exige respeito e respeitar os saberes dos educandos é discutir com eles a razão dos conteúdos a serem abordados, entendendo também que a prática educativo-crítica e emancipatória propicia condições aos educandos em suas relações uns com os outros e todos com o educador. Assumindo-se:

[...]como ser social e histórico como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros. É a “outredade” do “não eu”, ou do tu que me faz assumir a radicalidade de meu eu. A questão da identidade cultural, de que fazem parte a dimensão individual e a de classe dos educandos cujo respeito é absolutamente fundamental na prática educativa.(FREIRE, 1996, p.41-42).

Podendo as práticas de educação pelos pares, onde os pares fomentam discussões pertinentes a comunidade atendida e com isso garantir melhorias locais e até globais. Dessa forma uns influenciam os outros. E as atitudes do educador trazem as significações que convidam para uma formação ou deformação, considerando assim as experiências dos participantes que se cruzam às nossas dando uma nova significação as nossas ações. Um convite a inserção e não a adaptação para assim não serem pacientes, mas sujeitos críticos do processo. Ainda pensando com Freire, entendemos que “toda a prática educativa demanda a existência de sujeitos, um que, ensinando, aprende, outro que, aprendendo, ensina”.(ibidem, p.69).

Para tanto, prezamos por um espaço educativo não formal que valorize os saberes dos educandos e a potencialidade da construção de novos saberes e valores, pautando assim nossas práticas nas ações coletivas e democráticas. Para que em nossa ausência possam dar continuidade as ações já desenvolvidas e impulsionem novas ações.

Porém, percebemos que as práticas educativas foram se desenvolvendo de forma a corroborar para a manutenção do sistema neoliberal que, inconscientemente ou não, valoriza a discriminação racial e as culturas americana/européia. Assim, educandos oriundos de comunidades populares vem observando sua cultura e sua identidade serem negadas pela escola e muitas das vezes interiorizadas, colaborando para a formação de sujeitos com uma identidade negativa sobre si mesmo. Mas lutamos para que a educação seja o veículo para a valorização e preservação dos saberes e da cultura dos sujeitos envolvidos.

Para então pensarmos sobre os outros espaços de educação sob nossa intervenção enquanto educadores e pensadores de uma proposta pedagógica a partir e para a sociedade. Sendo fundamental a apropriação dos modos peculiares de ver e compreender o mundo para a construção de um currículo que contemple a diversidade cultural brasileira.

"A educação, como instituição está construída tendo por base a afirmação de conhecimentos e valores considerados universais, uma universalidade muitas das vezes formal que, se aprofundarmos um pouco, termina por estar assentada na cultura ocidental e européia, considerada como portadora da universalidade"(Candau,2005).



Referências:

CANDAU, Vera. **Cultura e educação: entre o crítico e o pós-crítico**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2005;

FREIRE, Paulo. **A pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, paz e terra, 1987;

_____. **Professora sim tia não**. São Paulo: editora Olho d'Água, 2006;

_____. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996;

Oscar Jará Holliday, apud UNESCO, **Educando para a liberdade: trajetória, debates e proposições de um projeto para a educação nas prisões brasileiras**. – Brasília: UNESCO, Governo Japonês, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, 2006.

PARO, Vitor Henrique. “**Educação para a democracia: o elemento que falta na discussão da qualidade de ensino**”. Revista Portuguesa de Educação, Braga, Portugal. V.13, 2000. Disponível em: <www.anped.org.br> Acesso em: 29 de Julho de 2010 às 22h10.

_____. *Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010. (coleção questões da nossa época; v.4)

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

STRECK, Danilo R. **Entre a emancipação e a regulação: (des)encontros entre educação popular e movimentos sociais**. Revista brasileira de educação; v.15, n44, maio/ago 2010.

Em Victor VALLA, **O reconhecimento e valorização, na pesquisa acadêmica, do jeito de produzir conhecimento da Educação**



A IMPORTÂNCIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PARA A DEFESA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES

Área temática: Direitos Humanos e Justiça

Responsável pelo Trabalho: Luciana da Silva Oliveira

Nome da Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Nome dos autores: Eduarda Figueiredo¹; Evelyn Sancho²; Alissa Cristina Campos¹; Stéfane Rabelo Pereira da Costa¹; Raissa Paiva Otoni³; Luciana da Silva Oliveira⁴; Fernanda de Lazari Cardoso Mundim⁵; Marisa Alves Lacerda⁶.

Resumo

O projeto “Fortalecendo as Escolas na Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente”, executado pelo Programa Pólos de Cidadania, programa de ensino, pesquisa e extensão da Faculdade de Direito da UFMG, busca a promoção e a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, além do enfrentamento e prevenção das violências no contexto escolar. A principal estratégia de ação é capacitar, por meio de formações continuadas, profissionais da rede pública de educação e de proteção à criança e ao adolescente, além da produção de materiais paradidáticos relacionados à temática do projeto. Essas ações, desenvolvidas pelo “Fortalecendo as Escolas” desde 2008, são pautadas na aproximação e fortalecimento dos vínculos das instituições da rede de proteção, no diálogo permanente e na troca de experiências entre os diferentes atores da rede e campos do conhecimento, valorizando os saberes locais tanto quanto os saberes acadêmicos e científicos e buscando a potencialização das possibilidades oferecidas no próprio município, com vistas a dar efetividade às ações e torná-las sustentáveis e permanentes ao longo do tempo. A experiência do projeto demonstra que a mudança concreta para a superação da violência infanto-juvenil requer ações intersetoriais, interdisciplinares e integradas, envolvendo diferentes grupos, organizações, instituições e contingentes populacionais e contemplando distintos campos do saber, agindo com a mesma complexidade que este fenômeno se apresenta.

Palavras chave: Direitos Humanos; Rede Sociais; Enfrentamento à violência infanto-juvenil.

Introdução

O Projeto “Fortalecendo as escolas na rede de proteção à criança e ao adolescente” busca fortalecer, além dos profissionais da Educação, profissionais da rede de proteção à criança e ao adolescente. Dentre esses profissionais destacam-se os da Saúde, Assistência Social, membros dos Conselhos Tutelares e Segurança Pública de alguns municípios de Minas Gerais/Brasil. Desde 2008,

¹ Graduanda em Ciências do Estado (UFMG), extensionista (“Fortalecendo as escolas”/ Pólos de Cidadania/UFMG);

² Graduanda em Psicologia (PUC/MG), extensionista (“Fortalecendo as escolas”/ Pólos de Cidadania/UFMG);

³ Graduanda em Direito (UFMG);

⁴ Psicóloga (FAFICH/UFMG), mestranda em Psicologia (PUC/MG), técnica do projeto “Fortalecendo as escolas”/Programa Pólos de Cidadania/UFMG. Contato: luciii_oliveira@yahoo.com.br;

⁵ Socióloga, doutora em Demografia (CEDEPLAR/FACE/UFMG). Coordenadora executiva do Projeto “Fortalecendo as escolas”/Programa Pólos de Cidadania/UFMG. Contato: escolaqueprotege.mg@gmail.com;

⁶ Administradora, mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local (UNA). Subcoordenadora Executiva do Projeto “Fortalecendo as Escolas”/Programa Pólos de Cidadania/UFMG. Contato: fernandadelazari@yahoo.com.br.

este projeto é financiado pelo da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (SECADI/MEC/BRASIL), no escopo do projeto federal Escola que Protege, e executado pelo Programa Pólos de Cidadania da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais em doze municípios mineiros⁷, com o apoio da Pró- Reitoria de Extensão da universidade e das prefeituras dos municípios envolvidos.

O Programa Pólos de Cidadania busca promover a inter-relação das atividades de ensino, pesquisa e extensão para a emancipação de indivíduos que vivenciam as mais diversas manifestações de exclusão e vulnerabilidade social e econômica. Portanto, o Projeto “Fortalecendo as Escolas” dispõe de uma equipe interdisciplinar composta por professores, profissionais e estagiários de diversas áreas do conhecimento, como Ciências do Estado, Direito, Psicologia, Administração e Ciências Sociais, partindo-se da compreensão-se de que a vinculação com o ensino se dá pela interdisciplinaridade e interinstitucionalidade.

A violência constitui-se como fenômeno complexo e, aquela cometida especificamente contra crianças e adolescentes, manifesta-se em diversos espaços, seja na esfera doméstica, comunitária, institucional e em diferentes formas – física, psíquica ou simbólica. Seu enfrentamento requer esforços conjuntos do Estado, sociedade e família, bem como políticas públicas nos diferentes âmbitos da vida social, dentre eles o âmbito educacional instituído na escola. Esta é espaço privilegiado de socialização, do encontro, diálogo e aprendizado da cidadania, por isso, espaço privilegiado para a produção, reprodução e transformação de visões do mundo, para o aprendizado de papéis e conceitos sociais (GUARESCCHI, 1993).

O objetivo principal do “Fortalecendo as Escolas” é promover o maior envolvimento das escolas municipais e estaduais de educação básica com a proteção integral aos direitos da criança e do adolescente, fortalecendo seus laços com a rede de enfrentamento e prevenção à violência infanto-juvenil e criando condições para a adequada inserção, no âmbito escolar, dos debates sobre a proteção às crianças e aos adolescentes. Para tanto, são realizadas capacitações para profissionais da educação e representantes da rede de proteção de municípios do Vale do Jequitinhonha e da região metropolitana de Belo Horizonte; e produzido material paradidático voltado para a promoção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes no contexto escolar.

Metodologia

Por entender a complexidade do fenômeno da violência, partindo da compreensão de seu caráter multicausal, multifacetado e historicamente determinado, toda a proposta de ação, em conjunto com os municípios, é permeada pelo conceito de redes sociais⁸. A perspectiva de redes

⁷ Em 2008, Betim, Contagem, Itaobim, Nova Lima e Teófilo Otoni foram os municípios parceiros. Já em 2010, foram mobilizados Betim, Igarapé, Itambacuri, Nova Lima, Padre Paraíso, Ponto dos Volantes, Sabará, Santa Luzia e Sete Lagoas, único em 2011.

⁸ Conjunto social constituído por atores e organismos governamentais e não governamentais, articulado e construído com o objetivo de garantir os direitos gerais ou específicos de uma parcela da população infanto-juvenil (FALEIROS e FALEIROS, 2007).

ressalta a importância dos diferentes atores para a integralidade da proteção à criança e ao adolescente, relevando seus diferentes saberes. As ações se realizam de forma dialógica, respeitando as especificidades dos municípios parceiros no que tange à disponibilidade de tempo e espaço, ao contexto da violência e à sua dinâmica e distribuição espacial, e considerando o saber, a prática e a reflexão de cada um dos participantes dos processos de formação.

Para que seja possível a realização das formações, para o reconhecimento, aproximação e potencialização da rede de proteção, inicialmente há um contato com as Secretarias Municipais de Educação dos municípios parceiros. Há duas intenções cruciais neste contato. Primeiro, entende-se que a escola é um espaço privilegiado na rede de proteção, já que é a instituição que possui maior facilidade para a criação de vínculos de confiança, uma vez que é o espaço de sociabilidade onde as crianças e adolescentes passam grande parte de seu tempo, o que possibilita a identificação de casos de violação de direitos, podendo desempenhar, ainda, papel preponderante no acompanhamento à vítima. Segundo, a partir da Secretaria Municipal de Educação, serão promovidas reuniões junto aos gestores municipais e atores da rede, buscando sensibilizar e articular parceiros em torno da proposta em questão, a adesão e viabilização das atividades propostas em cada município.

Neste processo, é formado um grupo de até dez articuladores de cada município, composto por profissionais de diferentes espaços que compõem a rede. Esses articuladores participam de uma formação de 80 horas-aula com temáticas referentes ao enfrentamento à violação dos direitos das crianças e dos adolescentes, constituição de redes e mobilização social. Essa formação acontece em Belo Horizonte e busca capacitar os articuladores para que se tornem referência no processo de formação/fortalecimento da rede, estando aptos a organizarem uma nova formação em seu município, com a mesma carga horária, junto à equipe do “Fortalecendo as Escolas”, no intuito de multiplicar o conhecimento adquirido. Essa formação terá um público mais amplo, composto por 125 profissionais de cada município, sendo 80% das vagas direcionadas aos profissionais da educação e o 20% das vagas aos demais profissionais da rede de proteção.

Durante a formação, além do diálogo e da troca, são produzidos planos de intervenção educacional, um mapa mínimo da rede e o Plano Municipal de Enfrentamento à Violência contra a Criança e ao Adolescente. A elaboração do Plano Municipal é preponderante na formação, pois representa a produção conjunta de todos os multiplicadores para orientar a ação dos gestores municipais, evitando que a formação tenha um fim em si e os vínculos criados nela se percam.

Além da formação, a equipe do projeto, partindo do aprendizado e experiências obtidas por meio das discussões realizadas nas formações, elaborou material paradidático para auxiliar os professores em sala de aula e os profissionais da rede no enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes - no caso, um DVD educativo para crianças e adolescentes; uma cartilha educativa sobre definições de violências e o papel das instituições do sistema de garantia de direitos; uma

publicação contendo dez artigos que discutem temáticas diversas relacionadas ao enfrentamento à violência contra crianças e; por último, uma publicação contendo quatro esquetes teatrais abordando situações diversas de violação de direitos, a partir dos princípios expostos no ECA (Lei 8069/1990).

O teor do material é fruto das experiências pessoais e das diversas discussões e situações vivenciadas pela equipe executora junto aos profissionais de educação e da rede no decorrer das formações nos municípios parceiros. As histórias contadas emergem não somente do como 'deve ser' estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, mas, também, das histórias de vida, angústias, medos e expectativas compartilhados ao longo da execução do 'Fortalecendo as escolas'.

Resultados e Discussões

Ao final de três anos do projeto, de 2008 a meados de 2011, foram alcançados os seguintes resultados: a) Oitenta e três articuladores selecionados, mobilizados e capacitados em Belo Horizonte nas temáticas atinentes ao enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes, planejamento e redes sociais; b) 427 concluintes da capacitação de 80 horas/aula em redes sociais e proteção integral à criança e ao adolescente; c) Doze municípios com membros da rede de proteção à criança e ao adolescente mobilizados, capacitados, e com fluxogramas da rede elaborados para as escolas e entidades participantes das capacitações, conforme recortes estabelecidos previamente; d) Doze municípios com planos de ação elaborados pelos participantes das capacitações; e) Um relatório técnico-científico elaborado e um em andamento; f) Diagnóstico do impacto das ações da Proteção em Rede nos municípios de Betim, Contagem, Itaobim, Nova Lima e Teófilo Otoni, por meio de questionários qualitativos aplicados aos profissionais que estiveram presentes nas formações; g) Seis artigos científicos produzidos pela equipe; h) Material paradidático produzido: um DVD e uma cartilha educativa; uma publicação de um livro contendo 10 artigos que discutem temáticas diversas relacionadas ao enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes; uma publicação contendo quatro esquetes teatrais abordando situações diversas de violação de direitos, a partir dos princípios expostos no ECA.

Como é possível perceber, o projeto teve bons resultados no que se propôs a fazer, no entanto, houve alguns fatores que se mostraram como dificultadores do processo de mobilização dos municípios envolvidos, como: a desarticulação de políticas públicas voltadas aos direitos de crianças e adolescentes, o excesso da verticalização das ações do Poder Público e ausência de um diagnóstico prévio para demonstrar as especificidades de cada município. Para superar este problema, uma das proposições do projeto foi a elaboração de um Plano de Ação Municipal como estratégia para evitar que as políticas públicas se distanciem das demandas concretas.

Em relação ao número de concluintes, esses totalizaram 450, ficando esse número bem abaixo do número de inscritos, que foram 951. Os fatores preponderantes que motivaram a diferença entre o número de inscritos e o de concluintes da formação estão relacionados à extensão

da carga horária obrigatória e ao não preenchimento de todos os requisitos determinados pelo MEC para a certificação do curso, que é o cumprimento de 80% da carga horária obrigatória e a elaboração do Projeto de Intervenção Educacional.

Conclusão

Apesar dos fatores dificultadores, avalia-se positivamente as intervenções e os resultados do projeto nos municípios envolvidos. Porém, sabe-se que o avanço no enfrentamento e prevenção à violência infanto-juvenil passa pela formação de redes, sendo fundamental a criação de espaços para sensibilização, discussão e divulgação, o que constitui, ainda, um obstáculo para o avanço da proposta em muitas localidades.

O caminho percorrido demonstra a importância da extensão universitária na execução de projetos sociais, mais especificamente aqueles voltados para a proteção dos Direitos Humanos. Isso porque uma mudança significativa em tais problemáticas requer ações intersetoriais, interdisciplinares e integradas, envolvendo diferentes grupos, organizações, instituições e contingentes populacionais, e contemplando os distintos campos do saber, de maneira a evitar que visões estigmatizadas e preconceituosas sejam reforçadas. No caso da violência contra crianças e adolescentes, que se faz presente em todos os locais e grupos sociais, ainda que assumindo diferentes configurações, causas e efeitos, tais iniciativas assumem uma relevância ainda maior.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente** - Lei Federal nº 8.069/1990. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SEDH/CONANDA). 6. Ed. 239 p. 2010;

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. **Caleidoscópio das Violências nas Escolas**. Brasília: Missão criança, 2006.

CUNHA, E. S. M. Planejando a ação em rede. In: CUNHA, E. P. *et al* (orgs.). **Enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil: a expansão do PAIR em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 346-375.

FALEIROS, Vicente de Paula, e Eva Silveira FALEIROS. **Escola que Protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes**. Brasília: UNESCO, 2007.

FALEIROS, V. P. Redes de exploração e abuso sexual e redes de proteção. In: Congresso Nacional de Assistentes Sociais, 9, 1998, Brasília. **Anais...** Brasília, 1998.

UDE, W. E. Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil e Construção de Redes Sociais. In: PROEX/UFMG, Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e FUNDEP. (org.). **Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil**. 1 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p. 30-60.

UDE, W. E. Redes Sociais: possibilidade metodológica para uma prática inclusiva. In: CARVALHO, A. *et al*. (orgs.). **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG/PROEX, 2002.

ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO DE EXTENSÃO BARREIRODIGITAL.BR SEGUNDO O ESTATUTO DO IDOSO

Área Temática: Direitos Humanos e Justiça

Responsável pelo Trabalho: Jacyra Antunes Parreira

¹Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

Igor Amaral; Leonardo Nunes; Leonidas Mansur; Jacyra Parreira¹; Viviane Dias

Resumo

Diante da evolução tecnológica e do aumento da expectativa de vida, novas necessidades se impõem, como o acesso dos idosos a tecnologia. Com objetivo de sanar tais necessidades surgem os projetos de inclusão digital. Um desses projetos é o *BarreiroDigital.br* que é pensado de acordo com o Estatuto do Idoso para que sejam garantidos ao máximo os direitos da terceira idade. Portanto, este trabalho sugere a análise das contribuições do projeto de extensão *BarreiroDigital.br* para a comunidade, sendo observado o Estatuto do Idoso. A metodologia usada para a realização do trabalho foi a análise de relatórios de monitoramento do projeto, assim como o depoimento de ex-alunos dos cursos. Entre os anos de 2008 à 2010, foram beneficiados pelo projeto 808 idosos, demonstrando resultados satisfatórios, uma vez que compreenderam e absorveram o conteúdo do curso.

Palavras-chave: *BarreiroDigital.br*, Inclusão Digital, Estatuto do Idoso,

1. Introdução

Este trabalho tem como escopo demonstrar o desenvolvimento e a materialização de ações universitárias no âmbito social, demonstrando a extensão do conhecimento além dos muros da universidade. É nessa dialética existente entre universidade e sociedade que se encontra a relevância deste trabalho. A universidade deve abrir suas portas para que a sociedade dela participe, não somente como alvo de aplicabilidade de conhecimento e sim como auxiliar na produção de conhecimentos.

É proposto no trabalho a materialização de um projeto de extensão realizado pelo curso de Sistemas de Informação da Pontifícia Universidade de Católica de Minas Gerais (PUC Minas) na unidade Barreiro, Esse projeto é denominado *BarreiroDigital.br* e tem como público alvo a população idosa do entorno da Universidade.

Os extensionistas realizam atividades que proporcionam ao público idoso oportunidade de ter conhecimento e habilidades em situações que envolvam o uso da tecnologia. É parte do plano didático do projeto o respeito e a observância das limitações

dos idosos causadas por fatores biológicos gerados pela idade.

Para estender esse projeto à comunidade e realizar essa troca de experiência entre universidade e sociedade é necessário um conhecimento técnico que deve ser aprimorado e adequado ao público alvo, estabelecendo a relação entre ensino, pesquisa e extensão.

A partir desse olhar contemporâneo sobre a universidade encontramos o objetivo deste trabalho, que é uma análise comparativa da proposta do projeto *BarreiroDigital.br* ancorada no Estatuto do Idoso. Dessa forma, a universidade proporciona a participação da comunidade acadêmica na sociedade, no intuito de democratizar o conhecimento.

2. Um projeto pensado de acordo com o Estatuto do Idoso

A primordial função de uma universidade é produzir, aprimorar e aplicar conhecimentos. A universidade contemporânea possui como base a triologia universitária, ou seja, é fundada no ensino, pesquisa e extensão, que funcionam de forma livre e harmônica.

O ensino e a pesquisa tem início na universidade, que é fundamentado na produção de conhecimento, existindo uma ligação direta entre discente e docente. Isso é trabalhado tanto em teorias já existentes, quanto na criação de novas teorias.

A extensão é a realização da práxis universitária, onde, rompe-se os muros da universidade levando à sociedade todo o conhecimento formulado na relação professor e aluno. Pode se afirmar que extensão é a dialética entre universidade e sociedade, nessa relação a universidade exerce sua função social, caracterizando a produção de conhecimento e a utilizando para desenvolver a sociedade.

A PUC Minas unidade Barreiro criou no ano de 2005 o Projeto *BarreiroDigital.br*, ampliando o atendimento ao idoso a partir do ano de 2007. Objetivando o incentivo da inclusão digital na terceira idade. Essa inclusão ocorre com a iniciação de conhecimentos básicos em informática, que oferecem aos idosos acesso as novas tecnologias de informação e comunicação. A parceria entre a PUC Minas com instituições locais, divulga a extensão universitária.

O *BarreiroDigital.br* tem como escopo estimular o raciocínio no uso do computador para que o idoso crie independência a partir de sua capacitação. Esse desenvolvimento tecnológico motivado pelo projeto irá inserir o idoso no mundo digital promovendo, assim, sua integração social.

O projeto *BarreiroDigital.br* encontra fundamentação legal na Lei 10.741 de 1º de outubro de 2003, essa Lei é denominada Estatuto do Idoso. Foi criada por um clamor social, onde se exigia a sociedade a concessão direitos efetivos ao idoso, uma vez que os

dados de agressão física e moral cometidas contra essa parcela da população eram assustadores. A Constituição Federal de 1988 já garantia em seu texto normativo direitos fundamentais ao idoso tendo o Estatuto reforçado de forma especial os direitos já consagrados. Conferindo ao idoso o status definitivo de cidadão, ou seja, aquele que está inserido de forma integral dentro de uma ordem normativa. É conferido ao idoso o direito inviolável de realizar todas as atividades que desenvolvem os demais cidadãos.

A Lei 10.741 possui como base axiológica o Princípio da Dignidade Humana que é interpretado de forma hermenêutica com ênfase nos direitos dos idosos que não poderia possuir definição mais apropriada. Esse Princípio é traduzido no gesto de respeitar o idoso dentro de suas limitações o considerando pessoa inserida na sociedade. Pessoa essa, possuidora de direito de gozo de todos os benefícios que o Estado proporciona as demais pessoas humanas, como podemos observar no artigo 2º do Estatuto do Idoso.

O exercício desse princípio confere ao Estatuto do Idoso a manifestação de outro princípio, o Princípio da Isonomia. Segundo Rui Barbosa (1921), tratamento isonômico é aquele que trata igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida de sua desigualdade. A realização desse princípio traduzida dentro do rol dos direitos dos idosos nada mais significa do que a inclusão desses na vida social de forma plena e integral.

Com a fixação de igualdade e dignidade estabelece o Estatuto que idoso é aquele de idade igual ou superior à 60 (sessenta) anos. Garantindo a essas pessoas todos os direitos elencados no referido Estatuto, estabelecendo que é dever da família, Estado e sociedade garantir a efetivação desses direitos fundamentais ao idoso, o que é visto no artigo 3º, inciso IV do parágrafo único do Estatuto do Idoso. Fundamentais são os direitos inerentes ao homem. É considerado fundamental ao idoso o direito à vida, saúde, segurança, lazer, esporte, cultura, educação, alimento, moradia, transporte, trabalho e etc.

O projeto de extensão *BarreiroDigital.br* responde a função social da PUC Minas, pois, ao conceder o acesso a terceira idade, de conhecimentos em informática realiza dois dos principais direitos fundamentais dos idosos, direito à educação e direito à cultura. O *BarreiroDigital.br* teve o Estatuto do Idoso como ponto fundamental de sua criação.

3. Metodologia

O trabalho tem como enfoque teórico e bibliográfico o projeto *BarreiroDigital.br* e inclusão da terceira idade de acordo com o que dispõe o Estatuto do Idoso. Por ter o projeto a finalidade de inclusão é necessário o domínio técnico dos extensionistas que desenvolvem as atividades, num processo de formação científica e cidadã.

Para a realização da pesquisa foi necessária a abordagem num sentido amplo do

que é extensão universitária como forma de se exercer os direitos fundamentais da terceira idade. O conceito de extensão é utilizado como forma de exercício dos direitos e conhecimentos produzidos e analisados pela universidade.

O trabalho conta com a análise da Lei Especial e dos relatórios de monitoramento do projeto, e fazendo uma ligação entre teoria e a materialização da extensão. Foi utilizado também para a análise de satisfação os e-mails de ex-alunos do *BarreiroDigital.br*. Os dados de quantidade de beneficiados utilizados dizem respeito ao período de 2008 à 2010, sendo analisados à luz dos direitos fundamentais dos idosos e do dever social da universidade.

O projeto desenvolve ciclos de aprendizagem sendo esses ministrados por monitores, alunos da unidade, que tem a função de ministrar as aulas de informática. A sala é composta por em média 15 idosos monitorados por dois responsáveis. Os monitores possuem funções alternadas entre ensinar e assessorar, ou seja, um ensina e outro auxilia os idosos na execução das atividades ou no desenvolvimento da aula.

4. Resultados

Na análise dos relatórios de monitoramento do projeto referentes aos anos de 2008, 2009 e 2010, constata-se que o número de idosos beneficiados com o projeto de extensão *BarreiroDigital.br* foi de 808. Todo o ministrar do curso é trabalhado se observam limitações visuais, auditivas, motoras, dificuldades de memorização e de compreensão.

Através dos trabalhos desenvolvidos dentro de sala de aula o idoso acaba se tornando mais independente, informa-se rapidamente, comunica-se facilmente e desenvolve a coordenação motora. Levando-o a ter sua autoestima elevada, contribuindo para seu bem-estar.

Além do aprendizado dentro de sala, se mostra bom o convívio que os alunos tem entre si, assim, há a oportunidade de se conhecer pessoas novas estabelecer vínculos novos.

De acordo com a análise comparativa descrita no tópico dois observou-se que o projeto coloca em prática o disposto no artigo 2º, artigo 3º, inciso IV do parágrafo único, artigo 20 e artigo 21 do Estatuto do Idoso, tratando de cultura, educação e lazer.

Os resultados são satisfatórios, pois o projeto vem garantindo ao idoso sua inclusão digital, o que lhe abre um caminho para a inclusão social, além, de lhe conferir dignidade perante a sociedade informatizada. Conforme relato de ex-aluna via e-mail: (...) *foi um período muito bom para mim, aprendi muita coisa(...)*

5. Conclusão

O objetivo do projeto *BarreiroDigital.br* é levar o conhecimento tecnológico além

da Universidade com o intuito de capacitar os idosos e integra-los neste novo modelo social. Os resultados obtidos pelo projeto foram satisfatórios tendo o mesmo sua finalidade alcançada. Foram 808 idosos inscritos no projeto, esses relataram que realmente absorveram de forma plena o conteúdo do programa.

Ao final do curso foi perceptível a evolução dos idosos que conseguiram realizar as operações básicas e dominar o vocabulário da matéria estudada. Com relação a análise feita a partir do Estatuto do Idoso, observou-se que o projeto atende ao proposto pelo Estatuto nos artigos supra citados ou seja, o desenvolvimento do projeto coloca em prática o exercício dos direitos fundamentais dos idosos.

É interessante pontuar a expressão do olhar dos alunos diante da máquina: olhos arregalados e brilhantes atentos a qualquer novo clique, diante de algo que a partir de então deixou de ser desconhecido. Definitivamente eles mergulham no universo virtual, se esquecem do mundo que os cerca para adentrarem em um mundo recém-descoberto. Entre a bravura da nova descoberta encontram-se, também, a seriedade da exploração desse novo mundo, essa seriedade consiste na exploração desse novo universo, para os alunos esse contato é algo sério e que deve ser feito, por parte deles, de forma eficiente e responsável.

Enquanto acadêmicos ver um projeto ser materializado é algo incomensurável, é ter realizada nossa função e consciência acadêmica. De fato a participação desse projeto contribui para nossa formação profissional e humanitária. Em uma medida determinada é considerado que em grau máximo contribuimos para a formação e inclusão de idosos, desenvolvendo a sociedade a qual pertencemos. Inserir na universidade a comunidade é de fato uma forma de comunicar de maneira verdadeira esses dois mundos tão distintos. Os muros da universidade devem ser apenas simbólicos, uma simples representação da estrutura física do espaço. O muro imaginário existente que separa sociedade do conhecimento deve ser banido com auxílio da extensão.

REFERÊNCIAS

Antônio Luiz Pereira. **Projeto PUC Minas**. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por <igoramaral2005@hotmail.com> em 21 de outubro de 2010.

BARBOSA, Rui. Oração aos amigos. Rio de Janeiro, 1921.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

PUC Minas, **Inclusão Digital no Barreiro**.

Disponível em:

<http://www.pucminas.br/pucinforma/materia.php?codigo=6240&PHPSESSID=3cb01090decf438a40e1c4db9b808dc8> Acessado em: 21 de julho de 2011



EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: CONSTRUINDO REDES DE EDUCAÇÃO CIDADÃ

Direitos Humanos e Justiça

Denise Abigail Britto Freitas Rocha
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Rocha, Denise Abigail Britto Freitas¹; Rocha José Cláudio Rocha²

Resumo

Este trabalho relata a experiência do Grupo de Pesquisa e Extensão em Direitos Humanos, Ética, Capital Social e Desenvolvimento (Olhos D'água) da UNEB com o Programa de Extensão chamado Educação Jurídica Popular em Direitos Humanos: Construindo Redes de Educação Cidadã da UNEB, que tem como objetivo a produção e difusão do conhecimento em Educação em Direitos Humanos (EDH), bem como socializar os princípios, metas e diretrizes do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH). Discute a articulação da universidade com a sociedade através da extensão universitária para bucar respostas aos desafios nacionais no campo da educação; Discute a metodologia que vem sendo construída pelo grupo chamada de Abordagem Baseada em Direitos ou *Right Based Approach* tendo como base a pesquisa qualitativa e a pesquisa ação. Apresenta ainda a preocupação com a construção de materiais didáticos para o trabalho com a educação em direitos humanos, os projetos e produtos desenvolvidos, os resultados obtidos, bem como os projetos em desenvolvimento. Destaca o reconhecimento nacional do trabalho com a aprovação de projetos e o recebimento do Prêmio Nacional de Educação em Direitos Humanos em 2008.

Palavras chaves: extensão universitária; educação em direitos humanos; educação jurídica popular

Introdução

O presente trabalho intitulado *Extensão Universitária e Educação em Direitos Humanos: Construindo Redes de Educação Cidadã* é fruto do trabalho de extensão e pesquisa realizado pela linha de Educação e Direitos Humanos do Grupo de Pesquisa e Extensão Direitos Humanos, Ética, Capital Social e Desenvolvimento (Olhos D'água) da

¹ Pedagoga (UNEB); Mestre e Doutoranda em Educação (UFBA). Líder do Grupo de Pesquisa e Coordenadora Pedagógica do Programa de Educação Jurídica Popular em Direitos Humanos: Construindo Redes de Educação Cidadã. Professora do Curso de Pedagogia Rede UNEB 2000 e Analista Universitária Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) UNEB.

² Advogado e Economista (UFBA); Mestre e Doutor em Educação. Líder do Grupo de pesquisa e Coordenador Geral do Programa de Educação Jurídica Popular em Direitos Humanos: Construindo Redes de Educação Cidadã. Professor adjunto UNEB e Pró-Reitor de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação (PPG) UNEB.

Universidade do Estado da Bahia (UNEB) certificado no CNPq em 2007. O objetivo principal do grupo é realizar investigações sobre novas formas de resignificar a tríade Direito, educação e justiça buscando construir com as comunidades envolvidas práticas emancipatórias, que contemplem uma formação cidadã orientada pela perspectiva da promoção da educação e do direito como relevantes instrumentos de mudança e promoção da justiça social e do estímulo a uma nova cultura política no Brasil.

Em seu trabalho o grupo procura desenvolver atividades que favoreçam as práticas coletivas, não-hierarquizadas, dialógicas, inter, multi e transdisciplinar, contínuas e transformadoras da realidade social, que tenham por base a articulação universidade e sociedade, assim como, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, voltadas para um projeto político pedagógico de curso (PPC) de caráter não-dogmático e não-tecnista, mas ético-humanista, pautado por princípios republicanos e democráticos.

Objeto

O objeto do Programa é a Educação em Direitos Humanos (EDH) tal como previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Declaração de Direitos Humanos de Viena, nas três versões do Programa Nacional de Direitos Humano (PNDH), no Plano Nacional de Educação em Direitos humanos (PNEDH) e no Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos da Bahia (PEDH/BA). Tem como base ainda a legislação nacional em vigor, principalmente, a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Plano Nacional de Educação (PNE).

Objetivos principal e específicos

O objetivo principal do programa é a produção e difusão do conhecimento sobre Educação em Direitos Humanos como previsto no PNEDH e no PEEDH. O objetivo principal é subdividido nos seguintes objetivos específicos: a) realização de cursos de extensão em educação em direitos humanos voltados para professores da rede pública e privada, militantes de ONGs, movimentos sociais, agentes públicos, profissionais das áreas de justiça e segurança e representantes da mídia; b) desenvolvimento de material didático como livros, cartilhas, folders, jogos, vídeos, mapas conceituais de apoio a educação em direitos humanos; c) desenvolvimento e manutenção de comunidades, laboratórios e ambientes virtuais de aprendizagem (CLAVA) para formação permanente em Educação em Direitos Humanos; d) realização de palestras, seminários, reuniões, congressos,

oficinas, encontros, apresentação de trabalhos, produção de artigos, comunicações científicas etc sobre educação em direitos humanos; e) assessoria a professores e instituições que queiram introduzir a educação em direitos humanos em seus instrumentos de planejamento; f) divulgação na grande mídia a exemplo de TV, jornais, revistas, blogs e sites na internet a EDH.

Metodologia

Para dar sustentação a essa proposta foi necessário inovar e pensar em uma metodologia própria construída a partir dos referenciais teóricos do grupo. Deste modo, desde 2007 o grupo vem desenvolvendo uma metodologia qualitativa de pesquisa e extensão, que tem como base a Pesquisa Ação (PA) presente em Barbier (2002) e Thiollent (1993); a Pesquisa Ação Integral e Sistêmica (PAIS) de André Morin (2004). São também utilizados textos de metodologia em extensão e diálogo com a comunidade de autores como Freire (1992) e Rocha (2008) e metodologias de trabalho de intervenção com comunidade propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

A metodologia que vem sendo desenvolvida pelo Grupo leva o nome de Abordagem Baseada em Direitos ou *Right Based Approach* (RBA). Os direitos humanos constituem a base da RBA, enquanto direitos e garantias universais e legais que protegem os indivíduos e grupos contra ações e omissões que afetam a sua liberdade e dignidade humana. São normas essenciais, baseadas nas necessidades humanas, universais e inalienáveis devidas a todos os seres humanos desde o seu nascimento em todos os lugares, em todas as situações, que não podem ser retirados ou cedidos, pois são interdependentes e igualmente necessários para a vida humana com dignidade.

A RBA reconhece que a pobreza é um fenômeno complexo e multifacetado e que não pode ser resolvida por soluções simples. O combate a pobreza como violação aos direitos humanos deve ser feita a partir de uma abordagem holística do problema, que consiga analisar o problema em toda a sua complexidade. Nesse sentido a RBA é uma importante ferramenta já que permite o trabalho com direitos civis, políticos, sociais e culturais, bem como com as causas econômicas da pobreza.

Na metodologia da RBA a pobreza não é apenas gerada pela ausência de recursos, mas pela negação do acesso a esses recursos quando eles estão disponíveis. O acesso a esses recursos é negado, principalmente, aos pobres em razão de quem eles são, de onde vivem, ou simplesmente por negligência ou falta de ação. A discriminação pode ser

consequência das normas e valores sociais que causam a marginalização de comunidades ou pode ser resultado de discriminação de políticas de Estado. A RBA é baseada no conceito de que as pessoas pobres devem ser protegidas da injustiça social.

Material Utilizado

O Grupo tem como objetivo a construção de forma coletiva de seu material didático, contudo, utiliza também material produzido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), do MEC/SECAD, da Rede de Educação em Direitos Humanos REDH Brasil e do Ministério da Cultura. Utiliza ainda material desenvolvido por organizações não governamentais para o trabalho com direitos humanos.

Resultados e discussões

Todo o trabalho de investigação desenvolvido pelo grupo tem como base a extensão universitária, aqui considerada como um lócus privilegiado da relação universidade e sociedade. A partir do trabalho com a extensão são desenvolvidos estudos e pesquisas que geram novos produtos. Como exemplo, podemos citar o Guia de Educação em Direitos Humanos, publicado pelo Grupo através da UNEB em 2009, que foi um produto gerado a partir das observações feitas no Programa de Extensão.

Do ponto de vista quantitativos podemos citar a realização do curso de extensão para um público superior a 300 pessoas; a realização de dezenas de palestras e seminário; a publicação de dois livros sobre o tema; a produção de um vídeo; a construção de blogs na internet, a realização de cursos de multiplicação, publicação de artigos e trabalhos em congressos e seminários etc. Do ponto de vista qualitativo, percebe-se o interesse do público alvo pela temática e a sensibilização quanto a importância da construção de uma cultura de respeito aos direitos humanos. A preocupação de todos está no como fazer, na metodologia, em como transformar a educação em nossas escolas em uma educação de qualidade e com direitos humanos.

Ante o exposto, é preciso ainda investir muito em discussões sobre como a EDH pode chegar no cotidiano da escola, na formação de professores e no planejamento das instituições de ensino. Nesse sentido, é preciso fazer reconhecer a urgência, no contexto nacional e internacional, de promover uma educação para os jovens estudantes baseada na ética, nos direitos humanos, no respeito à diversidade e a diferença, no exercício democrático e solidário da cidadania, no uso responsável do saber para a promoção de um

desenvolvimento socialmente integrador e sustentável. Neste sentido, busca-se levantar uma proposta de formação para os docentes das escolas de ensino médio e fundamental voltada para a promoção de uma educação centrada na responsabilidade social para um desenvolvimento local, regional e nacional mais equitativo.

Como elemento qualificador da educação, os direitos humanos propiciam oportunidades para que as pessoas e comunidades se reconheçam, valorizem o que fazem, valorizem a si mesmas, estreitem laços e estabeleçam um espaço seguro para o desenvolvimento de indivíduos críticos, autônomos e criativos, capazes de transformar a realidade que os cerca de dar forma ao seu futuro e ao da comunidade em que estão inseridos. Também se considera que é no processo amplo de educação que se transmite e se vivencia a cultura de uma comunidade, de uma região de um país, tanto de modo formal quanto não formal. A cultura local fortalece o sentido de coesão, contribuindo para a ampliação das possibilidades de vida e de escolha.

Referências

BARBIER, R. A Pesquisa Ação, Brasília, Plano, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988; atualizada até a Emenda Constitucional nº 20, de 15-12-1998. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRASIL. Lei nº 9394/96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 1998.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2006.

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação, Paz e Terra, São Paulo, 2002.

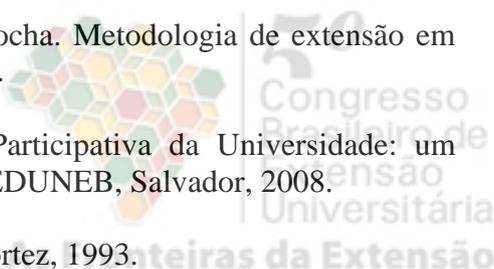
MORIN, André. Pesquisa Ação Integral e Sistêmica. DP&A, São Paulo, 2004.

ROCHA, José Cláudio e ROCHA. Guia de Educação em Direitos Humanos, UNEB, Camaçari, 2009.

ROCHA, José Cláudio e ROCHA, Denise A. B. F. Rocha. Metodologia de extensão em educação em direitos humanos, UNEB, Camaçari, 2009.

ROCHA, José Cláudio. A Reinvenção Solidária e Participativa da Universidade: um estudo sobre redes de extensão universitária no Brasil, EDUNEB, Salvador, 2008.

THIOLENT, Michel. Metodologia da pesquisa ação, Cortez, 1993.



METODOLOGIA PARA DESENVOLVIMENTO DE PROJETO DE EXTENSÃO INTEGRADO À PESQUISA E AO ENSINO: A EXPERIÊNCIA DO OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS URBANAS DA PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO DA PUC MINAS*

Área temática: Direitos Humanos

Responsável: Naiane Loureiro dos Santos

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

Naiane Loureiro dos Santos¹; Circlaine da Cruz Santos Faria²

Resumo

Este trabalho configura-se como uma análise metodológica *do Programa interdisciplinar de políticas públicas e gestão local*, realizado pelo Observatório de Políticas Urbanas - ProEx/PUC Minas, integrante da Rede Nacional Observatório das Metrôpoles. Com o objetivo de contribuir com experiências em projetos que buscam a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, este artigo pretende relatar o desenho metodológico dos cursos de *Capacitação para Agentes Sociais e Conselheiros Municipais*, do *Estatuto da Cidade* e de *Governança colaborativa entre municípios*, e das *Oficinas para elaboração de Plano Diretor Participativo*. Em sua organização estes contaram com parcerias entre universidade, órgãos governamentais e não-governamentais, e uma equipe multidisciplinar, resultando na capacitação de aproximadamente 830 pessoas entre representantes do poder público, sociedade civil em geral e futuros profissionais, garantido assim, o papel da extensão universitária como produtora e difusora de conhecimentos, estabelecendo a interlocução com a sociedade.

Palavras-chave: extensão universitária, cursos de capacitação, metodologia.

Introdução

A relevância do tema justifica-se pela Política de Extensão Universitária da PUC Minas construída em 2006, a partir das diretrizes estabelecidas no Plano Nacional de Extensão Universitária em consonância com o Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino, na qual prevê

a extensão universitária integrada ao ensino e à pesquisa é, portanto, parte do fazer acadêmico e um dos lugares do exercício da função social das IES.[...] No ensino, as atividades de extensão ampliam o espaço da sala de aula, permitindo que a construção do saber se faça dentro e fora da academia, além de contribuir com o processo pedagógico na medida em que possibilita o intercâmbio e participação entre as comunidades interna e externa à vida universitária. (PEU/PUC Minas, 2006, p. 15)

* O OPUR é integrante da Rede Nacional Observatório das Metrôpoles, presente atualmente em 15 regiões metropolitanas brasileiras.

¹ Graduada e especialista em Filosofia, mestre em Ciências Sociais, pesquisadora e extensionista do Opur - Proex/PUC Minas.

² Assistente Social, pesquisadora do grupo de pesquisa do CNPq.

O Observatório de Políticas Urbanas (OPUR)³, coordenado atualmente pela Profa. Dra. Rita de Cássia Lucena Velloso⁴, integra o Núcleo de Políticas Urbanas e Socioespaciais da Pró-reitoria de Extensão da PUC Minas, este configura-se como um programa de pesquisa, ensino e extensão co-participante da formulação execução e avaliação da Política de Extensão da Universidade. Todas as suas ações são implementadas de forma integrada com coordenadores de extensão das unidades e dos cursos, colegiados dos cursos de graduação e professores de disciplinas afins⁵, e conta, ainda, com a parceria de algumas instituições externas⁶.

O OPUR/PROEX tem os objetivos de: contribuir na formulação, execução e avaliação de políticas urbanas que permitam a redução das desigualdades socioespaciais existentes na RMBH; conhecer, sistematizar e divulgar experiências de administração municipal que têm resultado em formatos de gestão da cidade na direção da melhoria das condições urbanas de vida; contribuir na capacitação de graduandos, pós-graduandos, técnicos de organizações governamentais e não-governamentais, agentes sociais lideranças locais para que possam se constituir em atores dos novos modelos de políticas públicas comprometidas com o ideário de justiça social.

O OPUR implementa projetos articulados de pesquisa/ensino/extensão voltados, fundamentalmente, para dois eixos temáticos: a questão urbana e a gestão democrática e participativa. Possui como foco as desigualdades socioespaciais e governança democrática da cidade. Suas ações se estabelecem na relação com a sociedade e órgãos governamentais, o OPUR atua em espaços democráticos de construção e consenso, apoiando redes sociais. Mantém parcerias com diversas organizações dos movimentos sociais, assim como atende, também, demandas de pesquisas, assessoria, cursos de extensão e treinamentos para órgãos governamentais e/ou da sociedade.

O objetivo deste artigo é apresentar algumas experiências desenvolvidas no OPUR, a fim de contribuir com ações que buscam a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão.

³ O OPUR integra também a Rede Nacional Observatório das Metrôpoles, coordenado pelo Prof. Dr. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, um grupo de pesquisa que reúne pesquisadores de instituições universitárias, governamentais e não-governamentais, presente atualmente em 15 regiões metropolitanas do Brasil, coordenada em nível nacional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ) e a ONG Ação Urbana/RJ. Em nível regional, a rede é coordenada pela Profa. Dra. Luciana Teixeira Andrade do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC Minas.

⁴ Profa. Dra. da PUC Minas.

⁵ Entre os parceiros constantes destacam-se os Programas de Pós-graduação da PUC Minas: em Ciências Sociais e em Tratamento da Informação Espacial, os cursos de graduação em: Arquitetura, Ciências Sociais, Serviço Social, Relações Internacionais, Geografia e Turismo.

⁶ Como por exemplo a ONG Ação Urbana no Rio de Janeiro, órgãos do poder público como a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, a Agência Metropolitana da Secretaria de Desenvolvimento Urbano de Minas Gerais da SEDR/MG, a Escola do Legislativo da Assembléia Legislativa de Minas Gerais e Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

2. As iniciativas de capacitação do OPUR

2.1 Curso de Capacitação para Agentes Sociais e Conselheiros Municipais

Este curso é resultado de uma pesquisa sobre o perfil dos conselhos e conselheiros municipais da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)⁷, realizada em 2000 no bojo do projeto de pesquisa MetrÓpole, desigualdades socioespaciais e governança urbana: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre, da Rede Nacional Observatório das MetrÓpoles, financiada pelo PRONEX/CNPq, no período de 1998 a 2002. Atualmente o curso é ministrado em 4 regiões metropolitanas brasileiras integrantes na referida Rede.

O curso objetiva: (i) capacitar dos conselhos municipais, governamentais e não-governamentais através de um conjunto de conceitos, métodos para elaboração, avaliação e implementação de políticas públicas; (ii) democratizar informações sobre as condições socioeconômicas da RMBH, para possibilitar a avaliação da qualidade de vida e da gestão dos municípios subsidiando os atores da esfera pública não estatal na discussão das políticas urbanas.

Em relação sua estrutura pedagógica, o público-alvo consiste em agentes sociais, conselheiros municipais e alunos de graduação e pós-graduação, tem uma carga-horária prevista em média de 50 horas/aula, organizadas em aulas teóricas e práticas, o número de vagas ofertadas varia entre 60 e 70, o conteúdo programático é dividido em 03 eixos temáticos, sendo o primeiro relativo aos conceitos teóricos fundamentais de políticas públicas; o segundo sobre instrumental para elaboração, avaliação e implementação de políticas públicas; e o terceiro sobre experiências de modelos de políticas públicas.

2.2 Curso sobre o Estatuto da Cidade

Este curso é resultado de uma parceria entre o OPUR, o Núcleo Jurídico de Políticas Públicas (NUJUP) do Programa de Pós-graduação em Direito, o Departamento de Geografia e o Curso de Turismo da PUC Minas e a ONG Ação Urbana. Realizado em duas edições, em 2008 e 2009.

O curso tem como objetivo fornecer aos participantes subsídios acerca do Estatuto da Cidade e discutir as relações de poder desenvolvidas nas cidades e a percepção de seu impacto sobre o desenvolvimento urbano.

Em relação sua estrutura pedagógica, o público-alvo consiste em alunos de graduação e pós-graduação da PUC Minas e outras universidades, aberto a integrantes de movimentos sociais e a técnicos do poder público, tem uma carga-horária prevista em

⁷ Coordenada pela Profª. Dra. Mônica Abranches Fernandes, da PUC Minas.

média de 12 horas/aula, distribuídas em aulas teóricas e práticas, o número de vagas ofertadas é em torno de 40, o conteúdo programático é dividido em aulas sobre questões urbanas como: política de desenvolvimento urbano e reforma urbana no Brasil; planejamento urbano e elaboração de planos diretores participativos; instrumentos de política urbana.

2.3 Curso de Governança Colaborativa entre municípios

Este curso é resultado de uma parceria entre o OPUR, a Universidade de British Columbia da Canadá, a Escola do Legislativo da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, e a Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Belo Horizonte, em 2008 e 2009.

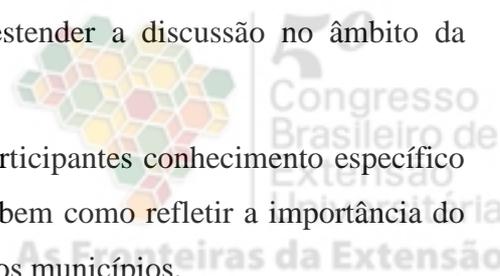
O curso tem como objetivo elevar o nível de consciência dos vereadores, assessores e conselheiros municipais, com base nos conceitos, princípios e metodologias acerca do novo papel das cidades-região e áreas metropolitanas no contexto nacional; capacitar profissionais para a governança regional e metropolitana, buscando melhorar a eficiência e efetividade da organização, gestão e financiamento das regiões metropolitanas e cidades-região; vincular políticas públicas setoriais de interesse local à perspectiva regional; mapear os processos da colaboração interinstitucional.

No que se refere a sua estrutura pedagógica, o público-alvo consiste em técnicos e gestores do poder público, vereadores, deputados e alunos de pós-graduação, sua carga-horária prevista é de 38 horas/aula, distribuídas em aulas teóricas e seminário aberto a público, o número de vagas ofertadas é em torno de 50 a 60 alunos, o conteúdo didático seguiu os temas: introdução ao federalismo; descentralização e governança metropolitana no contexto brasileiro; planos diretores e as regiões metropolitanas; consórcios públicos e outros arranjos/mecanismos metropolitanos; participação da sociedade civil organizada e arranjos regionais.

2.4 Oficinas para elaboração dos Planos Diretores Participativos

As oficinas são resultantes de uma participação do OPUR no Núcleo Mobilizador Mineiro, referente à Campanha Nacional realizada pelo Ministério das Cidades em 2005/2006 de incentivo à elaboração dos Planos Diretores Participativos. Após esta participação a equipe do OPUR percebeu uma necessidade de estender a discussão no âmbito da universidade.

As oficinas têm como objetivo fornecer aos participantes conhecimento específico sobre os instrumentos que compõem o Plano Diretor, bem como refletir a importância do processo participativo de elaboração do mesmo junto aos municípios.



Em relação sua estrutura pedagógica, o público-alvo consiste em integrantes de movimentos sociais, professores e estudantes da PUC Minas, possui uma carga-horária prevista em média de 12 horas/aula, distribuídas em aulas teóricas e práticas, o número de vagas ofertadas é em torno de 20, o conteúdo programático relaciona-se aos instrumentos que compõem o Plano.

3. Resultados alcançados

O quadro a seguir refere-se a alguns resultados quantitativos alcançados com as iniciativas apresentadas no tópico anterior. Porém, não foi possível mensurar, até o momento, os desdobramentos qualitativos que tais cursos e oficinas geraram na trajetória de atuação dos participantes dos mesmos. Entretanto, encontra-se em andamento no OPUR uma pesquisa de avaliação da trajetória dos conselheiros e agentes sociais, pós-curso, aprovada no CNPq em agosto de 2010 com término previsto para agosto de 2012.

| Cursos/Oficinas | Nº de cursos ofertados | Período de realização | Nº de capacitados | Desdobramentos |
|---|------------------------|-----------------------|-------------------|--|
| Curso de Capacitação de Agentes Sociais e Conselheiros Municipais | 9 | 2003 a 2010 | 540 | monografias, tese de doutorado, artigos, seminários, e pesquisa aprovada no CNPq |
| Curso de Estatuto da Cidade | 2 | 2008 e 2009 | 80 | trabalhos acadêmicos |
| Curso de Gestão Colaborativa entre municípios | 3 | 2008 e 2009 | 150 | livros, seminários internacionais, artigos |
| Oficinas para elaboração de Plano Diretor Participativo | 3 | 2008, 2009 e 2010 | 60 | trabalhos acadêmicos, dissertação de mestrado e seminários |

Considerações finais

Considera-se que o objetivo de ressaltar a importância da indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, tem sido alcançado no desenvolvimento das ações do OPUR, como é o caso das experiências aqui apresentadas.

Os desdobramentos em relação aos ganhos acadêmicos destacam-se nos vários produtos gerados tanto pelo corpo docente, quanto pelo discente e pelos técnicos envolvidos.

Embora não tenha sido possível mensurar, até o momento, os ganhos para a atuação dos participantes nas esferas políticas em que atuam, e no desempenho de suas profissões, sabe-se por relatos e depoimentos de ex-alunos que tais iniciativas modificaram a forma de pensar e manifestar-se frente à realidade política do País.

Referências Bibliográficas

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Política de Extensão Universitária da PUC Minas. Belo Horizonte: PUC Minas, junho de 2006.



PROJETO DE EXTENSÃO: “A ATUAÇÃO DAS ONGS EM SANTA MARIA/RS E O PAPEL DO DIREITO: UMA CONTRIBUIÇÃO À EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS”, SOB UM ENFOQUE DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA)

Área temática: Direitos Humanos e Justiça

Responsável pelo trabalho: L. B. RODEGHERI¹

Instituição: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Autores: Prof. Dra. I. C. DE GREGORI²; S. MACHADO³

RESUMO

Trata o presente artigo sobre os resultados e conclusões obtidos com o estudo de caso realizado no projeto: “A atuação das ONGs em Santa Maria/RS e o papel do direito: uma contribuição à efetivação dos direitos”, procedido por um grupo de estudantes e professores do Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), relativo à temática do Estatuto da Criança e do Adolescente, com três Organizações Não Governamentais localizadas no município de Santa Maria/RS. Apresenta-se a metodologia utilizada para desenvolvimento do projeto e as atividades realizadas, destacando a importância de projetos de extensão na formação universitária.

PALAVRAS-CHAVE

Organizações Não Governamentais, direitos fundamentais, Estatuto da Criança e do Adolescente.

INTRODUÇÃO

Historicamente, a sociedade civil tem se pautado por uma conduta ativa no que tange à busca por melhoria de vida e condições de sobrevivência favoráveis ao crescimento e desenvolvimento de seus habitantes. Nesta seara, cumpre inferir a importância da existência das chamadas “Organizações não governamentais” (ONGs) que, desenvolvem um papel essencial na sociedade, posto buscarem efetivar os direitos individuais e sociais que o Estado se mostra incapaz de garantir de forma integral aos seus indivíduos.

Desta maneira, o projeto buscou analisar o papel das ONGs no município de Santa Maria/RS, por meio de um mapeamento das instituições atuantes na comunidade, identificando os direitos fundamentais por elas trabalhados e os mecanismos utilizados para a concretização dos objetivos propostos, denotando atenção ao propor um auxílio jurídico a tais instituições, principalmente no que toca às suas carências legais e regulamentares⁴.

¹ Acadêmica do 7º semestre do Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Maria.

² Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Direito.

³ Acadêmica do 7º semestre do Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Maria.

⁴ Por meio do Projeto de Pesquisa “A atuação das Organizações Não Governamentais em Santa Maria/RS e a efetivação dos direitos fundamentais”, registrado sob o número 025582, no Sistema Integrado para o Ensino (SIE), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), foram identificados por meio de questionários e entrevistas, os direitos priorizados e a forma pela qual as ONGs buscam efetivá-los, analisando, assim, a partir da realidade de cada ONG integrante do projeto, de que forma os alunos do Curso de Direito da UFSM poderiam contribuir para que essas instituições alcançassem seus objetivos.

Em seguida, passou-se a promover oficinas, confeccionar folders e interagir com as instituições que demonstraram interesse. Com isso, além do projeto desenvolvido revelar importância pelo positivo impacto social que gera para as ONGs e seu público alvo – já que por meio do auxílio jurídico prestado promovem a maior efetivação dos objetivos almejados pelas instituições –, tem como justificativa, também, o contato dos acadêmicos do Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) com as indagações da sociedade, com a própria legislação brasileira acerca do Terceiro Setor e demais direitos fundamentais relacionados.

MATERIAL E METODOLOGIA

As ONGs estão presentes na sociedade e sua atuação se dá de maneira perceptível pela comunidade, pois os benefícios por elas promovidos são “palpáveis”, já que constituídas por e para as pessoas. Por não estarem ligadas institucionalmente à jurisdição estatal, caracterizam-se como meio alternativo de assistência à população, pois efetivam os direitos que o Estado nem sempre consegue fazê-lo, apresentando uma atuação em âmbito nacional, regional e municipal.

Assim, o projeto de extensão em questão consiste na interação dos acadêmicos com o público alvo do seu trabalho por meio de visitas às ONGs, que, no primeiro contato estabelecido, informaram a área em que trabalhavam e como gostariam que o Curso de Direito da UFSM as auxiliasse, de modo que as questões relativas à criança e ao adolescente foram objeto de interesse das ONGs Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDEDICA), Associação dos Seleccionadores de Materiais Recicláveis (ASMAR) e Recanto da Esperança, as quais serão abordadas após estudo e delimitação de conceitos de direitos fundamentais, ONGs e ECA, os quais serão a seguir tratados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com relação aos direitos fundamentais, o grupo chegou à conclusão que dentre os doutrinadores estudados, Vladimir Brega Filho⁵ apresenta o mais simples conceito, pois refere que os direitos fundamentais são os interesses jurídicos previstos na Constituição que o Estado deve respeitar e proporcionar às pessoas a fim de que elas tenham uma vida digna. Dessa forma, dentro do conteúdo dos direitos fundamentais devem-se incluir todos os direitos necessários para a garantia de uma vida humana digna, sejam eles individuais, políticos, sociais e de solidariedade.

Em seguida, passou-se ao estudo conceitual das ONGs, o qual restou definido como organizações formais, privadas, porém com fins públicos, sem fins lucrativos, autogovernadas e com participação de parte de seus membros como voluntários, objetivando realizar mediações de

⁵ FILHO, Vladimir Brega. **Direitos Fundamentais na Constituição de 1988: conteúdo jurídico das expressões**. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002. p. 66-67.

caráter educacional, político, assessoria técnica, prestação de serviços e apoio material e logístico para populações-alvo específicas ou para segmentos da sociedade civil, tendo em vista expandir o poder de participação destas com o objetivo último de desencadear transformações sociais ao nível micro (do cotidiano e/ou local) ou ao nível macro (sistêmico e/ou global)⁶.

Seguindo-se à ordem proposta, analisou-se o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (eixo temático trabalhado nas três ONGs selecionadas), instituído após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que sustenta a doutrina da proteção integral a esta população de zero a dezoito anos.

Com o devido embasamento teórico e a par das necessidades da comunidade pesquisada, partiu-se para a confecção do folder e realização de oficinas.

A ONG Recanto da Esperança promove o acolhimento institucional de meninos de quatro a doze anos com risco social ou vulnerabilidade, os quais são encaminhados pelo Conselho Tutelar ou pelo Poder Judiciário, permanecendo na instituição pelo tempo necessário, inclusive ininterruptamente, até completarem doze anos. Após o contato que ensejou a coleta desses dados, não foi dado seguimento no trabalho com a instituição, porquanto os coordenadores não demonstraram interesse em sua continuação, uma vez que não foi possível visualizar o público alvo para a realização de oficinas, já que foi alegado que os colaboradores da instituição detinham o conhecimento necessário acerca do ECA para a realização do seu trabalho e que seria improdutivo proceder à atividade com as crianças, visto que os menores internados/alojados na época tinham em torno de quatro anos.

Apesar das dificuldades encontradas com a aludida instituição, deu-se prosseguimento ao projeto com a Associação dos Seleccionadores de Materiais Recicláveis (ASMAR), na qual o trabalho desenvolvido obteve seu maior êxito, uma vez que, após aplicação de questionário e esclarecido que as integrantes do grupo figuram como acadêmicas da UFSM, não dispondendo, portanto, de formação profissional, foi realizada oficina. Na dinâmica discorreu-se a respeito da importância do ECA, da faixa etária e dos direitos fundamentais abrangidos, pontuando os direitos à saúde, educação, maternidade e trabalho; comentou-se, em seguida, sobre o poder familiar, normas para adoção e guarda; e, finalmente, explicou-se acerca do cometimento dos atos infracionais pelos adolescentes e esclareceu-se as punições a que estão sujeitos, salientando, neste contexto, a responsabilidade cidadã de proceder à denúncia não somente dos atos infracionais, como também de abuso ou ofensa sofridos. Encerrada a oficina, foram entregues folders informativos aos associados.

⁶ Disponível em: < <http://www.faac.unesp.br/pesquisa/tolerancia/ongs/conceito.htm>>. Acesso em: 19 jun. 2010.

Prosseguindo-se na execução do projeto, com o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDEDICA), necessário pontuar, a dificuldade em estabelecer contato com a entidade, o qual se deu com bastante atraso com relação à programação do projeto, pois foram repassados endereços eletrônicos (*e-mail*) e números telefônicos de pessoas não encarregadas pelo atendimento a este tipo de público, situação que se protelou por meses, motivo pelo qual não foi possível realizar a oficina, pois quando encontrada a pessoa competente e procedida a entrevista, foi proposta a efetivação da mesma em oportunidade que se mostrou inviável e pouco produtivo para as finalidades do projeto.

Findas as considerações acerca dos contatos procedidos com as ONGs, oportuno referir que o material informativo confeccionado (folder) objetivava o fornecimento de conteúdo que servisse de consulta aos participantes da oficina, de modo a sanar os eventuais questionamentos, selecionando-se os tópicos mais relevantes à temática aventada: direitos fundamentais à vida, saúde, liberdade, educação e trabalho; causas de perda e suspensão do poder familiar; guarda; requisitos para adoção; prática de atos infracionais com as consequentes medidas socioeducativas aplicáveis e Conselho Tutelar.

CONCLUSÃO

Os direitos fundamentais possuem uma enorme importância frente às questões sociais, principalmente no que diz respeito à hipossuficiência das parcelas menos favorecidas da população de um país. Eles são normas positivadas na Constituição Federal e salvaguardam o direito que os cidadãos possuem de serem protegidos pelo Estado e por ele contemplados através de políticas públicas que proporcionem uma melhor qualidade de vida.

Em face da não efetivação, pela organização estatal, dos direitos previstos na Carta Maior, surgem as ONGs com o propósito de preencher tais lacunas. Assim, buscam assegurar uma vida digna às camadas sociais mais vulneráveis e resguardá-las de infortúnios que, muitas vezes, só podem ser solucionados com a intervenção do Estado, o que, ao que parece no que toca às entidades Recanto da Esperança, ASMAR e CEDEDICA, tem sido alcançado, na medida de suas disponibilidades.

Com efeito, embora as ONGs intentem e objetivem promover uma “revolução” em termos de ensino, cultura, esporte, meio ambiente, entre outras áreas, sua atuação ainda é mínima em relação ao todo que precisa ser atingido. E isso não decorre apenas da falta de incentivos estatais ou mesmo da autonomia privada, mas também da atuação de seus associados que, muitas vezes, cansados com o “sistema”, acabam por manter uma postura estática e pouco crítica.

Com a execução do projeto, percebeu-se ser de pouco interesse o auxílio acadêmico oferecido nas instituições contatadas. Não se sabe se esta atitude por parte dos coordenadores

ocorreu pela falta de incentivos financeiros, pela não visualização de benefícios mediatos, ou se porque realmente a temática não lhes interessava. Ademais, verificou-se que não há empenho considerável em manter um vínculo entre elas e as demais instituições que intentam participar ativamente das suas atividades, como os projetos de extensão universitária, atuação esta que se mostraria de relevante importância social, pois oportunizaria um vínculo entre diferentes setores da população, quais sejam a classe dos desassistidos e a classe universitária, muitas vezes advinda de um ambiente que não vivencia as mazelas sociais.

Desta forma, a aproximação defendida viria como forma de apresentar aos acadêmicos a situação fática que originou a propositura dos mais variados direitos e garantias na Constituição Federal, bem como e, principalmente, qualificaria a vida das pessoas abarcadas por essa ligação, porquanto teriam ciência dos seus reais direitos e da forma apta a defendê-los, não só no que pertine ao ECA como também aos demais ramos do Direito.

Entretanto, em que pesem os resultados obtidos com o projeto, imperioso a continuidade de trabalhos acadêmicos visando o contato com estas organizações que crescem em força, número e atuação em nossa sociedade e que, com certeza, mesmo que ainda não reconheçam, carecem de auxílio jurídico. Saliente-se, por outro lado, que o progresso deste trabalho depende, em grande parte, do esforço por parte dos acadêmicos em se inserir nessas comunidades a fim de conquistar a confiança e, desse modo, ser úteis àquelas instituições, percebendo seus problemas gerais e individuais e promovendo atividades contínuas com o intuito de conscientizar e orientar, ao mesmo tempo em que absorvem noções de justiça, sociedade e vivência muito além da proporcionada nas salas de aula, manuais e consulta à jurisprudência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 24.ed. São Paulo: Atlas, 2011. Disponível em: < <http://pt.scribd.com/doc/6779207/Ong>>. Acesso em: 16 mai. 2011.
- FILHO, Vladimir Brega. **Direitos Fundamentais na Constituição de 1988: conteúdo jurídico das expressões**. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002.
- GONÇALVES, Maria Dinair Acosta. Artigo **Autonomia didática da disciplina o direito da criança e do adolescente na universidade**. Disponível em: <http://jij.tj.rs.gov.br/jij_site/jij_site.home>. Acesso em: 10 mar. 2011.
- MIRANDA, Jorge. **Manual de Direito Constitucional**. Tomo IV. 3ª Ed. Coimbra: Editora Coimbra, 2000.
- MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 24 Ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- TRINDADE, Jorge. **Direito da Criança e do Adolescente: uma abordagem multidisciplinar**. Livraria do Advogado: Porto Alegre, 2005.
- SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.
- SCHÄFER, Jairo Gilberto. **Direitos fundamentais: proteção e restrições**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

PROJETO “EDUCAR DIREITOS HUMANOS”

Área temática: Direitos Humanos e Justiça

Responsável pelo projeto: Fernanda LAPA

Instituição Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE)

Nome dos Autores: 1. Fernanda LAPA; 2. Juliana CHARMILLOT e Nicolle GUEDES

Resumo

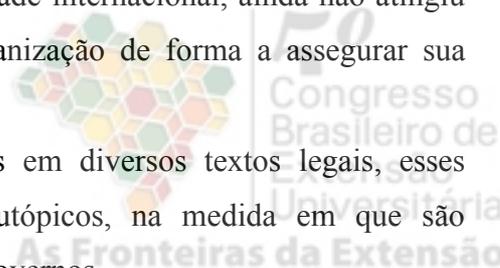
Este trabalho visa apresentar o projeto de extensão com o nome EDUCAR DIREITOS HUMANOS (EDH). O EDH objetiva desenvolver um trabalho completo, com a confecção de material de leitura e estudo voltado para os professores de ensino primário, os quais verão a teoria unida à prática, possibilitando o desenvolvimento de uma nova metodologia de ensino apta a transmitir todo o conhecimento adquirido pelos educadores aos seus alunos. Em 2010, o projeto foi realizado com os professores e alunos do Ensino Fundamental I do Colégio da Univille, tendo, inicialmente, sido confeccionada uma cartilha sobre Direitos Humanos que serviu de base para o Curso de Capacitação em Direitos Humanos voltado aos professores. Durante o curso, os professores desenvolveram práticas metodológicas que posteriormente foram aplicadas em sala de aula. Após terem posto em prática as atividades por elas idealizadas, todas as nove professoras participantes do projeto apresentaram relatórios nos quais constam o título da atividade, público alvo, objetivo, tópicos e temas abordados, recursos e materiais utilizados pela professora, a descrição da atividade, a maneira com que a metodologia participativa foi utilizada e os resultados alcançados. Como um projeto de educação é sempre um processo, por meio dos relatórios parciais e finais, pode-se concluir que o projeto atingiu seu objetivo de fornecer novos subsídios e instrumentos aos professores para que esses pudessem repassar seus conhecimentos aos alunos, trabalhando a temática dos Direitos Humanos em diversas disciplinas.

Palavras-chave Direitos Humanos; Educação; Cidadania.

Introdução

A problemática dos Direitos Humanos está ligada ao fato de o tema, que assumiu enorme grau de importância junto à comunidade internacional, ainda não atingiu uma unidade de pensamento que permita a sua organização de forma a assegurar sua proteção universal.

Em um mesmo momento que são afirmados em diversos textos legais, esses direitos acabam por se transformarem em ideais utópicos, na medida em que são sistematicamente desrespeitados por grupos sociais e governos.



Os grupos que trabalham com educação em direitos humanos baseiam-se na convicção profunda e militante de que é necessário construir uma cultura dos direitos humanos a partir do cotidiano, influenciando profundamente nas mentalidades e gerando novas práticas sociais; para isso é fundamental o papel da educação.

A violação constante aos direitos humanos no Brasil, em todas as áreas, é incompatível com qualquer projeto de desenvolvimento nacional e de cidadania democrática. O grande desafio, portanto, está em garantir a capacitação dos profissionais que lidam com o direito em suas profissões, de modo a assegurar a efetiva aplicação dos direitos humanos.

Nessa perspectiva, não se pode conceber o papel dos educadores como meros técnicos, instrutores, responsáveis unicamente por ensinar o conteúdo de diferentes matérias e exercer funções de normatização e disciplina. Em verdade, os professores, principalmente os que lecionam no ensino fundamental, são profissionais e cidadãos mobilizadores e formadores de opinião e, assim, sua própria educação é de extrema importância para garantir que o conteúdo seja transmitido de maneira correta.

O presente projeto proporciona o relacionamento entre comunidade e universidade, pois compartilha de uma tarefa educativa entre estudantes de direito e professores do ensino fundamental, ao estudarem esses direitos e promoverem essa discussão dentro e fora das salas de aula, atingindo o objetivo maior: a educação em direitos humanos e uma visão de cidadania desde os primeiros anos escolares.

Assim, o projeto Educar Direitos Humanos tem como objetivos aprofundar o conhecimento teórico dos professores do ensino fundamental na área de direitos humanos; promover um curso básico de direitos humanos para os professores do ensino fundamental; proporcionar aos professores espaço e tempo para elaborarem uma metodologia, ou aperfeiçoarem as que já utilizam, para ensinar direitos humanos em suas respectivas disciplinas; levar, ainda que de maneira indireta, o conhecimento em direitos humanos aos estudantes do ensino fundamental; estimular os estudantes envolvidos no projeto a realizarem um estudo direcionado à confecção de uma cartilha auto-explicativa de iniciação aos direitos humanos, que será distribuída no curso aos professores; avaliar a forma de aplicação e os resultados obtidos com a metodologia de ensino criada por cada professor e, ao final, elaborar um livro com a descrição das metodologias, desafios e resultados das atividades desenvolvidas.

Material e Metodologia

O projeto teve início em março de 2010 com a escolha das bolsistas. Em seguida, foi realizada uma exaustiva pesquisa bibliográfica a fim de compilar as principais ideias sobre Direitos Humanos e identificar cartilhas já existentes sobre o tema para que então pudesse ser confeccionada uma cartilha básica de Direitos Humanos, de fácil compreensão, a ser utilizada durante o Curso de Capacitação dos professores.

Nos dias 16 e 17 de agosto foi realizada a Oficina de Capacitação, a qual contou com a presença de nove professoras do Colégio da Univille/Joinville/SC. Referida oficina teve duração de 8h e seu objetivo era transmitir o conteúdo às professoras e proporcionar reflexões e ideias sobre novas formas de metodologia de ensino capazes de unir a matéria de cada educador com o conteúdo de direitos humanos.

Durante a Oficina, os bolsistas ficaram responsáveis pela “tutoria” dos grupos de professoras, sendo que cada uma auxiliou um determinado grupo, tirando dúvidas e fazendo a conexão entre elas e a coordenadora do programa. Como atividade prevista para a Oficina, as professoras fizeram, em um primeiro momento, um esboço de uma atividade a ser desenvolvida com os alunos, sendo que esta deveria envolver qualquer temática dentro dos direitos humanos. Cumprida esta etapa inicial, cada professora apresentou sua atividade em uma cartolina, de modo que as demais professoras pudessem apresentar suas críticas e sugestões em forma de “post-it”. Feitas as considerações, as professoras tiveram uma semana para apresentarem a versão final de seus projetos de práticas metodológicas.

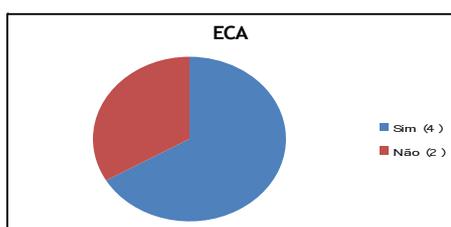
Setembro foi o mês escolhido para a aplicação das práticas desenvolvidas a partir da Oficina de Capacitação. Após a realização das atividades planejadas com os alunos, foi realizado durante o V Curso Anual de Direitos Humanos (CADH), no dia 16 de outubro, um seminário aberto a toda a comunidade para que as professoras pudessem então apresentar seus projetos e, principalmente, os resultados com seu trabalho.

Resultados e Discussões

Quando do contato inicial com as professoras participantes do projeto, foi proposto um questionário prévio, contando com apenas quatro questões, para que pudesse ser feita uma avaliação a respeito do conhecimento das educadoras que participariam do “Educar”. O resultado é demonstrado pelos gráficos a seguir:



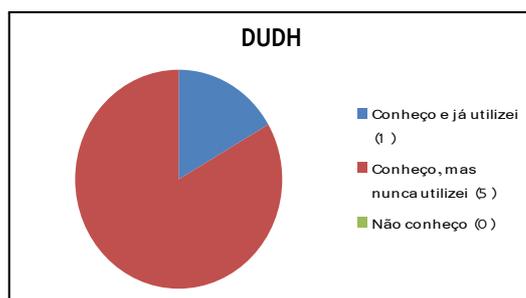
1. Já utilizou o ECA em suas atividades?



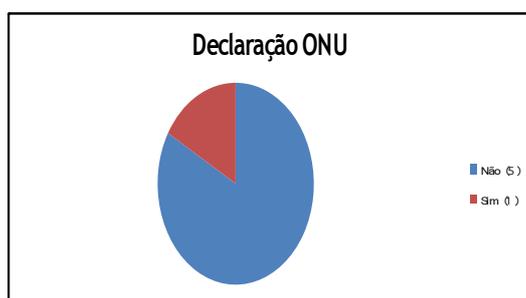
2. Já utilizou o MÉTODO PARTICIPATIVO?



3. Conhece e já utilizou a DECLARAÇÃO UNIVERSAL DH?



4. Conhece a CONVENÇÃO SOBRE DIREITOS DA CRIANÇA DA ONU?



Como se pode perceber, o conhecimento sobre direitos humanos das professoras era extremamente superficial. Em conversas informais durante a realização do projeto, muitas afirmaram que já trabalhavam a temática em sala de aula, porém sem a denominação "direitos humanos". Durante a apresentação dos resultados no Seminário, as professoras

destacaram o impacto que as práticas metodológicas tiveram sobre os alunos. Após as atividades, muitos alunos refletiram sobre suas atitudes, demonstraram terem adquirido conhecimento a respeito dos direitos humanos e se propuseram a incorporá-los aos seus cotidianos.

Conclusão

Sem sobra de dúvidas, os objetivos do projeto Educar Direitos Humanos foram alcançados. A proposta de capacitação dos professores para que estes fossem os responsáveis pelo repasse do conhecimento, fez com que o público atingido pelo projeto fosse maior que o inicialmente esperado, já que as professoras que participaram do EDH no ano de 2010 poderão continuar aplicando suas práticas metodológicas com diversas turmas. Foram beneficiados com o projeto os professores do Colégio da Univille, que tiveram um curso básico sobre direitos humanos, o qual estimulou a criação e elaboração de novas metodologias para suas aulas; os estudantes do ensino fundamental I foram beneficiados pelas atividades desenvolvidas por seus professores relativas à igualdade, liberdade de expressão, meio ambiente, cidadania, etc; toda a comunidade em geral foi beneficiada com o seminário sobre: COMO EDUCAR DIREITOS HUMANOS, onde foram apresentadas as metodologias, desafios e resultados das atividades criadas pelos professores do Colégio da Univille. Outros professores e escola poderão se beneficiar com o livro que será lançado contendo uma cartilha básica de direitos humanos, exemplos de práticas metodológicas desenvolvidas em todo o mundo e as práticas metodológicas criadas e aplicadas pelas professoras participantes do projeto Educar Direitos Humanos no ano de 2010.

Referências

- CAMPOS, Benedito de. Constituição de 1988: uma análise Marxista São Paulo: Editora Alfa - o mega, 1990.
- DALLARI, Pedro. Constituição e relações exteriores. São Paulo: Saraiva, 1994
- PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional 3.ed. São Paulo: Max Limonad, 1997.
- SILVA, José Afonso do Curso de direito constitucional positivo 9 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1993.
- HERKENHOFF, José Baptista. Curso de Direitos Humanos Vol1. Gênese dos Direitos Humanos. São Paulo: Editora Acadêmica. p.83.
- FERREIRA, Manoel Gonçalves Filho. Direitos Humanos Fundamentais. São Paulo: Saraiva, 1996.



PROJETO RONDON: ATUAÇÃO NO MUNICÍPIO DE AQUIDABÃ/SE

Direitos Humanos e Justiça

Fernanda Parcianello dos Santos

Fundação Educacional Machado de Assis (FEMA)

Fernanda Parcianello dos Santos¹; Keila Guberovich²; Jane Cláudia Jardim Pedó³

RESUMO

As Faculdades Integradas Machado de Assis, por meio de oito acadêmicos e dois professores coordenadores, participaram do Projeto Rondon, Janeiro/2011, na Operação Rio dos Siris, no município de Aquidabã- SE, pelo Conjunto A de Ações. O objetivo do projeto é o trabalho de extensão acadêmica, inserindo os estudantes em comunidades com baixo nível de desenvolvimento. As atividades desempenhadas pelos acadêmicos seguiram um cronograma elaborado, alternando os trabalhos entre quatro comunidades, abrangendo o centro da cidade e algumas localidades interioranas, as quais foram aplicadas ao longo de duas semanas. A meta principal foi socializar direitos e instigar os cidadãos na busca de alternativas para a melhoria na qualidade de vida, através da aplicação de palestras e oficinas educacionais, assim como, materiais explicativos nas áreas de Direitos Humanos e Justiça. Sendo assim, ao final da atividade foram atingidos os objetivos propostos pela Instituição de Ensino Superior, pelos acadêmicos, professores e comunidade envolvidos, totalizando duas mil e cem pessoas atingidas diretamente neste município.

PALAVRAS-CHAVE: extensão acadêmica, socialização de direitos e melhorias na qualidade de vida.

INTRODUÇÃO

Acadêmicos e professores impulsionados pela vontade de proporcionar conhecimento e alternativas às pessoas com menos acesso aos direitos humanos, justiça, cultura, educação e saúde apresentaram ao Ministério da Defesa uma proposta de trabalho com o objetivo de desenvolvimento sócioeconômico sustentável do município de Aquidabã no Estado de Sergipe, bem como, possibilitar a troca de conhecimentos e experiências entre os rondonistas e a comunidade em geral. Esta atividade também propõe a socialização de direitos buscando melhorias na qualidade de vida da população.

¹ Acadêmica do 7º semestre do curso de Ciências Contábeis das Faculdades Integradas Machado de Assis-Santa Rosa, RS. Email: finandaps@hotmail.com.

² Acadêmica do 7º semestre do Curso de Direito das Faculdades Integradas Machado de Assis- Santa Rosa, RS. Email: keila.kg@hotmail.com.

³ Assistente Social. Profª Drª das Faculdades Integradas Machado de Assis - Santa. Rosa/RS. Email: janepedo@ig.com.br.



Com a provação do projeto pelo Ministério da Defesa, de acordo com o diagnóstico realizado, partiu-se para o planejamento e execução de palestras e oficinas com a finalidade de proporcionar a população daquele município o máximo de aproveitamento e atender as principais necessidades do grupo em questão.

A equipe envolvida com o projeto foi composta por oito acadêmicos e dois professores orientadores, aos quais foram incumbidos de realizarem atividades dinâmicas e de proveito informativo e educacional, a fim de contribuírem com a sociedade. A cidade de Aquidabã é bastante receptiva e, muitos de seus moradores foram bastante atenciosos com todos os rondonistas participantes da Operação Rio dos Siris. Em convívio com as pessoas que se dispuseram a se envolver com o projeto, e a vivência pelo período de duas semanas na cidade, percebeu-se que a administração pública tem enfrentando muitos problemas. Funcionários públicos municipais com atraso de até três meses de salários, comunidade sem muito acesso ao Prefeito Municipal, visto que este se afasta, frequentemente, de suas atividades, conforme relatos da população local e existe um grande problema de trânsito, em que as leis não são obedecidas.

A educação tem suas atividades estagnadas, e não há investimentos nos professores das escolas públicas e, conseqüentemente, não há maiores incentivos aos estudantes. Há um grande acúmulo de lixo na maior parte da cidade, lixo sem tratamento e recolhimento precário. Algumas comunidades no interior da cidade já enfrentavam num período de tempo de, aproximadamente dois anos sem recolhimento de lixo. A população também sofre com falta de água potável com frequência, e a água disponível não é adequada para uso doméstico, devendo estar preparadas com reservatórios em suas casas.

O contato dos acadêmicos com a comunidade, com a finalidade de transmitir seu conhecimento adquirido pela sua instrução educacional juntamente com a sua realidade de vida, diferente da apresentada pela realidade local do município localizado no nordeste do Brasil, teve como objetivo inserir os alunos em um ambiente desconhecido a fim de que se sujeitassem as situações diversas, nas quais seriam confrontados com a realidade vivenciada pela maior parte da população que reside em municípios pequenos e de situação precária, de forma que criassem perspectivas de possíveis melhorias e oportunidades àquelas pessoas. Em seqüência deste fato, buscou-se demonstrar o valor que o conhecimento gera na vida das pessoas, pois ele pode criar novas expectativas para se alcançar melhorias na qualidade de vida.

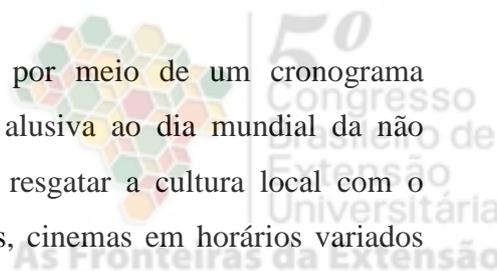
MATERIAL E METODOLOGIA

O município de Aquidabã, fora criado pela lei nº 1.215 de 4 de abril de 1882, sendo desmembrado o seu território do município de Propriá e Capela, pertencente ao Estado de Sergipe, cerca de 70 quilômetros de distância da capital Aracaju, possui atualmente 19.890 habitantes. Com vistas a diagnosticar as principais necessidades do município que poderiam ser objeto do plano de trabalho do Projeto Rondon, a instituição entrou em contato, via correio eletrônico e telefone, com a administração pública local.

Assim, foi elaborado pela Instituição de Ensino Superior (IES) um questionário que, após devidamente respondido pelo município apontou os seguintes indicadores: na área de direitos humanos e justiça, violência contra idosos, crianças e mulheres, a necessidade de ter profissionais mais humanizados, problemas de conscientização no trânsito. Na área de cultura, forte artesanato no município, muitas festas populares. Na área da educação, desmotivação dos docentes, problemas quanto ao ensino-aprendizagem, ausência da família na escolarização e, na área de saúde, problemas de drogadição entre os jovens, gravidez na adolescência.

Diante do diagnóstico estabelecido e, após viagem precursora, com o intuito de elaborar um planejamento das ações, professores e acadêmicos buscaram informações focadas nas problemáticas identificadas no município para a elaboração das atividades a serem realizadas através de palestras e oficinas, com a finalidade de exporem, de forma clara e objetiva, os temas sugeridos e considerados de maior urgência e necessidade a serem abordados junto à população local. Nesse momento, o grupo de acadêmicos passou a realizar encontros semanais no período de dezembro de 2010, mês que antecedeu a viagem de extensão, para o debate e a exposição das formas a serem apresentadas diante do público alvo, que foi definido e direcionado de acordo com as práticas a serem aplicadas em cada área temática relacionada na proposta do trabalho voluntário.

As atividades elaboradas foram organizadas por meio de um cronograma semanal que mesclou oficinas, palestras, caminhada alusiva ao dia mundial da não violência e da paz, evento cultural com objetivo de resgatar a cultura local com o festival Cante e Encante Aquidabã, roda de conversas, cinemas em horários variados que ocorreram desde manhã à noite cuja ordem era a visita e explanação das atividades



desempenhas nos povoados de Saco de Areia, Moita Redonda, Cruz Grande, Santa Terezinha e centro da cidade. Elas proporcionaram uma grande diversidade de assuntos, entre eles, Cooperativismo e Associativismo, Prática Lúdica nas Escolas, Motivação para Professores, ECA, Estatuto do Idoso, Acesso à Justiça, Motorista Legal, Drogas, Alimentação, Festival Cultural, entre outras. Para informar a comunidade sobre os horários das atividades, possibilitou-se aos acadêmicos, anunciá-los por meio da Rádio Comunitária Aquidabã, para isso, todos os dias, um grupo reduzido de acadêmicos deslocou-se até a rádio para fazer o anúncio das atividades e fazer uma síntese sobre as realizadas.

Dessa forma, buscou-se alcançar o maior número de pessoas possíveis para a participação das atividades propostas e assim, levar e trocar informações que pudessem acrescentar na vida de cada indivíduo e, conseqüentemente, incentivar uma melhoria na comunidade nas diferentes áreas visadas pelo projeto.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A participação da comunidade foi bastante significativa em todas as oficinas realizadas pelos acadêmicos. O objetivo era auxiliar o público-alvo para a resolução de alternativas nas dificuldades encontradas. A realidade precisa ser desvelada, decifrada, reinventada a todo o momento (FREIRE, 1987), produzindo sujeitos competentes e capazes de transformar sua realidade. A educação de fato é um ato dinâmico e permanente de conhecimento, de descobertas, análise e transformação da realidade. Neste ato de ensinagem/aprendizagem é também espaço de reflexão-ação (SCHÖN, 2000). Foi percebido que a atuação do grupo teve uma abrangência positiva diante da comunidade que participou, inclusive solicitando algumas discussões e atividades de interesse específico não antes colocada em pauta pelos acadêmicos, as quais foram trabalhadas.

Na cultura, em incentivo às bordadeiras, foram apresentadas algumas sugestões de melhorias para desenvolver um trabalho que ofereça maior retorno financeiro, proporcionando informações sobre formas de associação e cooperativas. Na área de Direitos Humanos e justiça, para a resolução de conflitos, foram dados subsídios às pessoas sobre formas de acesso a órgãos estatais como o Ministério Público e Defensoria Pública concomitante com os benefícios da conciliação. Apresentaram-se palestras abordando entre os assuntos, o tema 'Cidadão Consciente' e a ideia de

cidadania, demonstrando à população o poder do voto, as formas de participar da administração pública, esclarecendo os direitos e deveres da população.

Na educação foi proposto o projeto “Treinando para o futuro” para ser implementado, inicialmente, na Escola Municipal Eurico de Souza Filho, com o objetivo de envolver as crianças e adolescentes em atividades culturais e esportivas como matérias extracurriculares, exigindo-lhes uma média mínima a ser alcançada, de modo a incentivar o estudo e melhorar o nível educacional do município gradualmente. O esporte e a arte podem proporcionar novas perspectivas quanto a seu futuro, pois molda o caráter e estimula a disciplina que beneficiará outras áreas da sua vida.

CONCLUSÃO

Os acadêmicos aprenderam muito mais do que ensinaram, enquanto estudantes passaram informações sobre matérias, conteúdos de direito, educação, saúde, já enquanto cidadãos tiveram uma grande lição de vida, aprenderam a trabalhar em grupo, conviver com situações adversas à realidade que vivenciam, a diagnosticar os problemas da comunidade, a buscar soluções para estes problemas.

Portanto, projetos de extensão, exemplificado no presente trabalho pelo Projeto Rondon, é de bastante proveito na formação acadêmica. Incentivar futuros profissionais a buscar as deficiências da sociedade e encontrar alternativas para solucionar, sem dúvida é um grande passo dado na educação. Depois do trabalho de extensão não são apenas acadêmicos de uma instituição, são cidadãos, sociedade e, a partir de agora, rondonistas. Todos que tiveram a oportunidade de participar desse projeto revelaram que após o término das atividades eram pessoas com visões diferentes e, conseqüentemente, com metas diferentes, onde o propósito agora é o de trabalhar pelo social.

REFERÊNCIAS

SCHÖN, D. A. Educando Profissional Reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre, Artmed, 2000.

FEMA. Projeto Rondon: operação rio dos siris, município de Aquidabã/SE, conjunto A de ações. Santa Rosa/RS, 2010.

FEMA. Relatório Final Projeto Rondon: operação rio dos siris, município de Aquidabã/SE, conjunto A de ações. Santa Rosa/RS, 2011.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.



RONDON. Um Projeto que dá certo.

Área temática: Direitos Humanos e Justiça.

Responsável pelo Trabalho: Fábio Manoel Caliarí

Instituição: Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Autores: Fábio Manoel Caliarí¹, Alfredo Balduino Santos², Vera Márcia Marques Santos³, Antonio Carlos dos Anjos Filho⁴, Mayeni Medeiros Padilha⁵, Simone Sasso⁶, Paulo Onésimo Minardi Pereira⁷ e Aline Fagundes da Cunha⁸

Resumo:

O núcleo do Projeto Rondon da Universidade do Estado de Santa Catarina, busca aproximar os acadêmicos a realidade do nosso país, dando oportunidade para a formação profissional e o desenvolvimento das comunidades onde atua. É importante ressaltar a importância do Projeto Rondon na formação dos acadêmicos, visto que o mesmo possibilita o despertar dos sentimentos de responsabilidade social e justiça e implica no compromisso com os direitos humanos e com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Núcleo Extensionista Rondon UDESC; Educação; Extensão Universitária; Responsabilidade Social.

¹ Professor da Universidade do Estado de Santa Catarina – CEPLAN/UDESC.

² Coordenador do Núcleo do Projeto Rondon da UDESC.

³ Professora da Universidade do Estado de Santa Catarina – CEAD/UDESC.

⁴ Coordenador do Núcleo do Projeto Rondon da UNB.

⁵ Acadêmico de Administração Pública – ESAG/UDESC.

⁶ Acadêmica do Curso de Enfermagem – CEO/UDESC.

⁷ Acadêmico de História - FAED/UDESC.

⁸ Acadêmica do Curso de Enfermagem – CEO/UDESC.



Introdução

O núcleo foi criado através da portaria da reitoria número 1192/2010 de 18 de agosto de 2010. Este resumo tem como objetivo relatar as atividades da Operação Contestado, realizada na cidade de Matos Costa – Santa Catarina, em dezembro de 2010. Localizada no meio oeste catarinense, a cidade foi um dos palcos da Guerra do Contestado. Com o intuito de reconhecer a cidade, professores realizaram a viagem precursora, na qual os líderes da comunidade apresentaram as dificuldades que o município enfrenta. Diante disso, uma equipe formada por dois professores e seis alunos, sendo um professor e dois alunos da UNB (Universidade de Brasília), deslocam-se para o município a fim de trabalhar nas áreas da Educação, Saúde, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Comunicação, Meio Ambiente, Tecnologia e Produção e Trabalho. As atividades tiveram início, seguindo o cronograma elaborado pela Secretaria da Educação do município, conforme as necessidades e a disponibilidade do público alvo. As oficinas desenvolvidas envolveram diferentes públicos, entre eles agricultores, crianças, adolescentes, idosos, líderes comunitários, o que contribuiu para o grande sucesso da Operação. Entre as oficinas, a que apresentou maior destaque foi a atividade com o grupo de idosos do município. Neste encontro foram abordados vários assuntos e esclarecido muitas dúvidas. Dentre os resultados, destacam-se a ótima receptividade, claramente comprovada pela participação direta nas propostas apresentadas pelos rondonistas e grande experiência de vida oportunizada aos participantes do projeto Rondon por meio da integração com a comunidade que resultou no aprendizado além dos limites da universidade.

Material e Metodologia

Para a capacitação do público alvo foram organizadas palestras e oficinas pedagógicas abrangendo conteúdo teórico, com explanações sobre os temas abordados, debates e conteúdo prático por meio de dinâmicas, levando-se em consideração as vivências dos agentes. Os temas abordados abrangeram as áreas temáticas: saúde, preservação ambiental e educação de adultos. Capacitado, o público alvo ficou responsável pela multiplicação do conhecimento e por trabalhar junto à comunidade para conscientizá-la dos seus problemas e a buscar soluções, potencializando os recursos disponíveis.

Resultados e Discussões

O Núcleo Extensionista Rondon cumpriu com seu papel que é um projeto de integração social, que envolve a participação voluntária de estudantes universitários na busca de soluções que contribuam para o desenvolvimento sustentável de comunidades com desigualdades sociais e ampliem o bem-estar da população. O projeto em sua totalidade acabou contemplando um total de 685 habitantes.

Conclusão

O Projeto foi importante por trazer ao alcance dos olhos e mãos do universitário a realidade social destes municípios alvos do Projeto Rondon, faz com que vivenciem realidades outras que as vividas nos bancos das Escolas. Faz aflorar sentimentos de patriotismo, brasilidade, cidadania e responsabilidade social. Mostra de maneira clara e vivenciada a diversidade das realidades sociais e econômicas existentes nesse imenso Brasil. Ajudar a comunidade carente com o conhecimento adquirido na universidade faz do aluno uma pessoa útil, social e profissionalmente.

No ano de 2011 a primeira operação do Núcleo está prevista para o período de 10 a 18 de junho, será a Operação Fronteira que irá reunir alunos e professores da UDESC, acadêmicos de Roraima e a Universidade de Brasília para nove cidades do extremo oeste catarinense.

Referências

[1] Projeto Rondon. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/projetorondon>> Acesso em 20 de junho de 2011.

[2] Projeto Rondon envolve vários Ministérios. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br/sesu/index.php?>>. Acesso em 24 de junho de 2011.

¹ Professor da Universidade do Estado de Santa Catarina – CEPLAN/UDESC.

² Coordenador do Núcleo do Projeto Rondon da UDESC.

³ Professora da Universidade do Estado de Santa Catarina – CEAD/UDESC.

⁴ Coordenador do Núcleo do Projeto Rondon da UNB.

⁵ Acadêmico de Administração Pública – ESAG/UDESC.

⁶ Acadêmica do Curso de Enfermagem – CEO/UDESC.

⁷ Acadêmico de História - FAED/UDESC.

⁸ Acadêmica do Curso de Enfermagem – CEO/UDESC.



[3] Projeto Rondon acolhe universitários. Disponível em:
<<http://www.une.org.br>>. Acesso em 20 de junho de 2011.

